



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - http://www.tre-se.jus.br
_(79) 3209-8694_selic@tre-se.jus.br

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO 90016/2024
PROCESSO SEI 0005266-82.2024.6.25.8000

ATENÇÃO

Em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nºs [754/2015](#), [2.146/2022](#) e [316/2024](#) - Plenário), **alerta-se** para que a(o)s licitantes analisem detalhadamente o Edital e os seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, fraudar a licitação, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, dentre outras condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, sujeitará a(o) licitante às sanções administrativas (penalidades) cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

SUMÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA LICITAÇÃO
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA
CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)
CLÁUSULA SEXTA - DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006
CLÁUSULA SÉTIMA - DA NEGOCIAÇÃO
CLÁUSULA OITAVA - DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)
CLÁUSULA NONA - DA ETAPA DE HABILITAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA - DA ETAPA RECURSAL
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (penalidades em sede de processo licitatório)
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE/SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/

SE, comunica à(o)s interessada(o)s que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, em sessão pública instrumentalizada pelo Sistema de Compras do Governo Federal, dirigida por sua(eu) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, designada(o)s pela Portaria TRE/SE 318/2023, e regida pela Lei 14.133/2021, pela Lei 13.709/2018, pela Lei Complementar 123/2006, pelos Decretos 8.538/2015, 9.507/2018 e 11.246/2022, pelo Decreto-Lei 2.848/1940, pela Resolução CNJ 347/2020, pela Resolução TSE 23.702/2022, pela Resolução TRE/SE 120/2015, pelas INs SEGES/ME 73/2022, IN SEGES/MPDG nº 5/2017 e SLTI/MP 01/2010, bem como subordinada às condições e às exigências estabelecidas neste Ato Convocatório e em seu(s) Anexo(s), e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

LICITAÇÃO DESTINADA À AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORA(E)S (Lei Complementar 123/2006)

Dia: 02/07/2024.

Horário: 9h (horário de Brasília/DF).

Endereço eletrônico: <http://www.gov.br/compras> (Portal Compras.gov.br).

Código UASG: 070012.

Valor de Referência (total): R\$ 82.090,33 (oitenta e dois mil noventa reais e trinta e três centavos) .

Vigência da contratação: início na data de assinatura do Contrato e término em 31 de dezembro de 2024.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO DO ITEM.

Modo de Disputa: ABERTO.

Programa(s) de Trabalho: 02.061.0033.4269.0001/Pleitos Eleitorais. PTRES: 167864.

Grupo de Natureza de Despesa: Outras Despesas Correntes.

Data-limite para esclarecimento e impugnação: 27/06/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Esta licitação tem por objeto a **contratação de serviços de filmagem com produção do material gravado e veiculação (ao vivo) em canal do YouTube do TRE/SE, indispensáveis aos procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, a serem realizados pelo TRE/SE nas Eleições Municipais de 2024**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e em seu(s) anexo(s).

1.2 A licitação será realizada em **item único**, descrito no Anexo Especificações Técnicas dos Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)

2.1 Do Credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf)

2.1.1 Para participar do Pregão Eletrônico, a(o) licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras>).

2.1.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da(o) licitante ou de sua(eu) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.1.2 O uso da senha de acesso ao Portal Compras.gov.br é de inteira e exclusiva responsabilidade da(o) licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por sua(eu) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiras pessoas.

2.1.3 A(O)s licitantes ou sua(eu)s representantes legais deverão estar previamente credenciada(o)s junto ao órgão provedor no **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.1.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.1.5 É de responsabilidade da(o) licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos referidos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.5.1 A não observância do disposto no item 2.1.5 poderá ensejar exclusão da(o) licitante no momento da habilitação.

2.1.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas (quando admitida a participação dessa última) mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto 8.538/2015.

2.1.7 Orientações a respeito do acesso ao Portal Compras.gov.br e demais procedimentos detalhando sua operacionalização estão disponíveis no *Manual Operacional do Pregão Eletrônico - Visão Fornecedor* (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/>).

2.2 Das Declarações

2.2.1 No ato de registro da proposta, a(o) licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, referente a declarações firmadas nos seguintes termos:

a) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do Ato Convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos

termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

c) Atendo aos requisitos de habilitação previstos no Instrumento Convocatório.

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante.

e) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

i) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

j) Declaro, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apta(o) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar (no caso de licitante enquadrada(o) como microempresa ou empresa de pequeno porte e cooperativa (quando admitida a participação dessa última) que deseje usufruir da preferência estabelecida nos aludidos regimentos).

2.2.2 Em havendo outras declarações a serem prestadas, disponibilizadas pelo Sistema Comprasgov, estas também deverão ser preenchidas/assinaladas.

2.2.3 Caso a(o) fornecedora(fornecedor) não formalize as declarações, poderá ser impedida(o) de enviar a proposta ou ser inabilitada(o), conforme aviso emitido pelo sistema.

2.2.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a(o) licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.2.4.1 A falsa declaração relativa ao enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e cooperativa (quando admitida a participação dessa última) pode configurar fraude à licitação e sujeitar a(o) licitante, AINDA QUE NÃO LOGRE PROVEITO, à declaração de inidoneidade para participar de certames da Administração Pública Federal ou daqueles em que haja utilização de recursos federais ([Acórdão 2294/2022 - TCU - Plenário](#)).

2.3 Da verificação de existência de sanção administrativa (penalidade) que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

2.3.1 A verificação de eventual existência de sanção impeditiva será realizada pela(o) Pregoeira(o) logo após o encerramento da etapa competitiva (fase de lances), **de acordo com a ordem de classificação da(o)s licitante(s)**, por meio de consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:10614424770367::NO:3,4,6::>).

2.3.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item **2.3.1** pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

2.3.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de sua(eu) sócia(o) majoritária(o), por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas à(ao) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia(o) majoritária(o).

2.3.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor (Sicaf) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

2.3.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

2.3.4 A(O) licitante será convocada(o) para manifestação previamente à sua eventual desclassificação.

2.4 Não poderão participar deste certame, conforme o caso:

2.4.1 Empresas cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão;

2.4.2 Aquela(e) que não atenda às condições deste Ato Convocatório e de seu(s) anexo(s);

2.4.3 Autora(Autor) do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.4.4 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual a(o) autora(autor) do projeto seja dirigente, gerente, controladora(controlador), acionista ou detentora(detentor) de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnica(o) ou subcontratada(o), quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários;

2.4.5 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.5.1 O impedimento de que trata o item **2.4.5** será também aplicado à(ao) licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da(o) licitante.

2.4.6 Aquela(e) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente pública(o) que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheira(o) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.4.8 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadora(s) a condições análogas às de escravo(o) ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4.9 Agente pública(o) do órgão ou entidade licitante;

2.4.9.1 A vedação de que trata o item **2.4.9** estende-se a terceira pessoa que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializada(o), funcionária(o) ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.4.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.4.11 Direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente pública(o) do órgão ou entidade Contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.4.12 Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.

2.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a(o) autora(autor) dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.4.3** e **2.4.4** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6 Equiparam-se à(ao)s autora(s) do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7 O disposto nos itens **2.4.3** e **2.4.4** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da(o) CONTRATADA(O) a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea, **nos termos da Lei nº 14.133/2021**.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA

3.1 Não será possível a avaliação prévia do local de execução do serviço, pois os ambientes (Localidades 1 e 2) somente serão disponibilizados em datas próximas à execução do objeto.

3.2 Para conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado disponibiliza-se as seguintes informações: a) layouts dos ambientes das localidades 1 e 2 (Anexo ao Ato Convocatório); b) vídeo de Teste de Integridade referente às Eleições 2022, realizado na localidade 1 (disponível no canal do YouTube do TRE/SE, link <https://www.youtube.com/watch?v=W1HljavG7SA>).

CLÁUSULA QUARTA DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 A(O) licitante deverá encaminhar proposta em conformidade à descrição do objeto ofertado, a partir de **17 de junho de 2024**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública (**02 de julho de 2024**), em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.1.1 Até a abertura da sessão pública, a(o)s licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.1.1.1 A(O)s licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos, quando for o caso, para execução do serviço, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões a Normas Técnicas ou regulamentos, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento, no **prazo de até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.1.2 O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias contado de sua recepção, contando-se para esse fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Ato Convocatório**.

4.1.3 A(O)s licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do Sicaf, assegurado à(ao)s demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

4.1.3.1 É dever da(o) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data de recebimento das propostas.

4.1.3.1.1 O descumprimento dessa obrigação implicará a **inabilitação da(o) licitante, exceto nas hipóteses do art. 64 da Lei 14.133/2021 e se a consulta feita pela(o) Pregoeira(o) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s)**.

4.1.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e, quando admitida sua participação, as sociedades cooperativas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, da LC nº 123/2006.

4.1.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, art. 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da(o) Pregoeira(o), para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.1.4.1.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, sendo facultado à(ao) Pregoeira(o) convocar a(o)s licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

4.2 A proposta deverá contemplar/observar:

4.2.1 Preços, em moeda corrente nacional, observando-se as especificações indicadas nos anexos a este instrumento e inclusos os encargos ou as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

4.2.1.1 A elaboração da proposta estará condicionada ao preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo disponibilizado à(o) licitante.

4.2.1.1.1 A(O)s licitantes deverão detalhar o valor de cada TURNO e consolidar a proposta com o VALOR TOTAL para os dois turnos das Eleições 2024.

4.2.2 Especificações do objeto e prazos conforme previsto no Edital.**4.2.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante dos anexos a este instrumento.**

4.2.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

4.2.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

4.3 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e de julgamento da proposta.

4.4 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da(o) licitante melhor classificada(o) somente serão disponibilizados para avaliação da(o) Pregoeira(o) e para acesso público após o encerramento do envio de lances e em momento próprio.

4.5 A(O) licitante será responsabilizada(o) formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por sua(eu) representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiras pessoas.

4.5.1 Será responsável, ainda, pelo acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, suportando o ônus decorrente da perda de negócios, em razão da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

CLÁUSULA QUINTA**DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)**

5.1 A(O) Pregoeira(o), via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e no horário previstos neste Ato Convocatório, com a divulgação das propostas recebidas.

5.1.1 A(O) Pregoeira(o) procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

5.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos **do item**.

5.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, a(o) licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada(o) de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.2.1 O modo de disputa será aberto e os lances serão ofertados **pelo valor do item**.

5.2.2 A(O) licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

5.2.3 A(O) licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela(e) ofertado e registrado no sistema eletrônico, **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

5.2.5 A(O) Pregoeira(o) ou a Comissão de Contratação, quando a(o) substituir, poderá, durante a disputa, **como medida excepcional**, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, **mediante comunicação eletrônica automática via sistema**.

5.3 Durante a sessão pública, a(o)s licitantes serão informada(o)s, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da(o) respectiva(o) proponente.

5.4 A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico, quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração desta etapa.

5.4.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.4.2 Não havendo novos lances, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

5.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico, poderá a(o) Pregoeira(o) [ou a comissão de contratação, quando a(o) substituir], assessorada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, notadamente se a diferença entre a melhor proposta (lance) e aquela classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**.

5.6 Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, inclusive na hipótese de não haver o envio de lances após o início da etapa competitiva.

CLÁUSULA SEXTA**DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

6.1 Será adotado o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e no Decreto 8.538/2015, conforme detalhado nesta Cláusula.

6.1.1 A obtenção de benefícios a que se refere esta Cláusula fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, **no ano-calendário de realização da licitação**, ainda não tenham celebrado Contratos com a Administração Pública cujos valores somados excedam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir da(o) licitante declaração de observância desse limite na licitação.

6.1.2 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, **se esta for empresa de maior porte**, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e](#)

[45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.1.2.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.1.2.2 A melhor classificada nos termos do item **6.1.2.1** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.1.2.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocada(o)s a(o)s demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item **6.1.2.2**.

6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a(o) vencedora(vencedor) para o encaminhamento da oferta final do desempate.

6.3 A(O) licitante convocada(o) que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, terá precluso o direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.4 Na hipótese de não incidência da preferência prevista nesta Cláusula, o procedimento licitatório prossegue com a(o)s demais licitantes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA NEGOCIAÇÃO

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à(ao) licitante que tenha apresentado o melhor preço para o item, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital ([Acórdão TCU 2.622/2021](#)-Plenário).

7.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pela(o)s demais licitantes.

CLÁUSULA OITAVA

DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)

8.1 A(O) licitante melhor classificada(o) deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma da **Planilha de Custos e Formação de Preços** constante como Anexo a este instrumento, em arquivo único, no **prazo de até 2 (duas) horas** contado da convocação efetuada pela(o) Pregoeira(o) por meio da opção "Enviar Anexo" no Portal Compras.gov.br.

8.1.1 É **vedada** a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na composição de preços ([Súmula TCU 254](#)).

8.2 Na hipótese de a proposta ser apresentada com incorreções, a(o) Pregoeira(o) poderá conceder prazo à(ao) licitante, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa acolhida pela(o) Pregoeira(o), para que proceda aos devidos ajustes.

8.3 Os erros de soma e/ou multiplicação e as divergências que porventura ocorram entre valor(es) unitário(s) e o(s) respectivo(s) valor(es) total(is) poderão ser corrigidos pela(o) Pregoeira(o), prevalecendo o(s) valor(es) unitário(s) apresentado(s).

8.4 Será **desclassificada(o) a(o) licitante que não corrigir a proposta, não demonstrar a corresponde exequibilidade ou não justificar eventuais falhas apontadas pela(o) Pregoeira(o).**

8.4.1 Não será aceita a proposta que:

8.4.1.1 Contiver vícios insanáveis.

8.4.1.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital.

8.4.1.3 Registrar preço acima do orçamento estimado para a contratação (valor de referência).

8.4.1.4 Apresentar preços unitários superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do Termo de Referência anexo a este instrumento, quando couber.

8.4.1.5 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.

8.4.1.5.1 É **indício de inexecuibilidade da proposta (lance) preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de referência adotado pelo TRE/SE para o certame: tanto para o(s) valor(es) unitário(s) do(s) turno(s) quanto para o valor total da contratação.**

8.4.1.5.2 A(O) Pregoeiro(a), ao analisar a proposta apresentada, poderá facultar à(ao) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva exequibilidade ([Súmula TCU 262](#)).

8.5 A(O) licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada(o) e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento.

8.6 Se a proposta não for aceitável, ou se a(o) licitante não atender às exigências de habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

CLÁUSULA NONA

DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

9.1 A habilitação da(o)s licitantes provisoriamente classificada(o)s em 1º (primeiro) lugar será julgada com base nos documentos encaminhados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, após a aceitação da proposta.

9.2 Para as **habilitações fiscal, social e trabalhista, serão exigidos:**

9.2.1 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.2.2 Inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da(o) licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e

compatível com o objeto contratual.

9.2.3 Regularidade perante a Fazenda federal e a Fazenda municipal do domicílio ou sede da(o) licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.4 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2.5 Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

9.2.6 O cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

9.3 Para fins de habilitação econômico-financeira, serão exigidos:

9.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante (art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021).

9.3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

9.3.2.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.3.2.2 Patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ([art. 69, § 4º, da Lei 14.133/2023](#)).

9.3.3 O Balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social devem ser apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.3.3.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura ([art. 65, § 1º, da Lei 14.133/2023](#)).

9.3.3.2 As demonstrações contábeis devem se limitar ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.4 Para fins de habilitação técnica, será exigida (vide item 8.5.4 do Termo de Referência anexo a este instrumento):

9.4.1 A apresentação de 01 (um) ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a(o) licitante executa ou executou Contrato(s) envolvendo PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM, conforme requisitos mínimos indicados a seguir:

9.4.1.1 SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO/FILMAGEM COM A UTILIZAÇÃO CONCOMITANTE DE 10 (DEZ) CÂMERAS, DURANTE O PERÍODO MÍNIMO DE 01 (UMA) HORA, DE FORMA ININTERRUPTA.

9.4.1.2 Para fins de comprovação do quantitativo mínimo do serviço, será admitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante (neste caso, os eventos filmados/gravados devem possuir datas e horários idênticos), pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.4.1.3 NÃO será aceito o somatório de atestados para comprovar o período de 01 (uma) hora de gravação/filmagem, pois é obrigatória a comprovação de que a filmagem/gravação seja ininterrupta.

9.4.1.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.4.1.5 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.4.1.6 As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG 5/2017.

9.4.1.6.1 Nesse procedimento, poderão ser exigidos todos os insumos (contratos, ajustes, ordens de serviço, ordens de pagamento, notas fiscais, termos de aceite, planilhas, relatórios, gráficos, documentação de sistemas e ambiente operacional, sistemas informatizados, base de dados, controle de versão e outros) que comprovem a veracidade do conteúdo dos atestados.

9.4.2 Não serão considerados os atestados/declarações emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

9.4.2.1 Considera(m)-se pertencente(s) ao mesmo grupo empresarial a(s) empresa(s) controlada(s) pela empresa proponente ou sua(s) controladora(s), ou que tenha(m) pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica sócia da empresa emitente do documento previsto no item **9.4.1**.

9.4.3 Serão descartados os atestados de contratos cujo objeto seja incompatível com o objeto licitado.

9.5 Se a(o) licitante provisoriamente classificada(o) em 1º (primeiro) lugar não for habilitada(o), a(o) Pregoeira(o) procederá conforme o item **8.6**.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA ETAPA RECURSAL

10.1 À(Ao) licitante é possível recorrer no prazo de **3 (três) dias úteis** contado da data de intimação ou de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata):

10.1.1 Do julgamento das propostas.

10.1.2 Do ato de habilitação ou inabilitação.

10.1.3 Da anulação ou revogação da licitação.

10.2 Dispondo o recurso sobre o *judgamento das propostas* ou sobre o *ato de habilitação ou inabilitação de licitante*, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2.1 O prazo para manifestar intenção de recurso será configurado pela(o) Pregoeira(o) no curso da sessão pública, respeitando-se o mínimo de 10 (dez) minutos (mínimo definido pelo próprio sistema).

10.2.2 Na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das **razões recursais (3 dias úteis)** será iniciado na data de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata).

10.2.3 A apresentação do recurso se dará em **fase única**.

10.3 O recurso deverá ser encaminhado em campo próprio do sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) e dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento dos autos.

10.4 O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

10.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.7 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10.8 Será assegurado à(ao) licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1 Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e exaurido(s) o(s) recurso(s) administrativo(s) [quando existente(s)], o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

11.1.1 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11.1.2 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.

11.1.3 Revogar a licitação por motivo de conveniência e de oportunidade.

11.1.3.1 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

11.1.4 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiras pessoas, sempre que presente ilegalidade insanável.

11.1.4.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

11.1.4.2 Nos casos de anulação e de revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação da(o)s interessada(o)s.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1 Homologado o resultado deste Pregão Eletrônico, a(o) licitante vencedora(vencedor) será convocada(o) para assinatura do Contrato, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1.1 Poderá ser acrescentada, ao Contrato a ser assinado, qualquer vantagem apresentada pela(o) licitante vencedora(vencedor) em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

12.2 O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela(o) licitante vencedora(vencedor) durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE-SE.

12.3 Por ocasião da assinatura do Contrato, verificar-se-á, por meio do Sicafe e de outros meios, se a(o) licitante vencedora(vencedor) mantém as condições de habilitação.

12.4 Quando a(o) licitante convocada(o) não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada(o) outra(o) licitante para assiná-lo após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

12.4.1 A recusa injustificada da(o) adjudicatária(o) em assinar o Contrato no prazo estabelecido nesta cláusula caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a(o) sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente** por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

13.1.1 O pedido de esclarecimento ou de impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE/SE, cujo horário de funcionamento é das **07:00h às 13:00h**.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e **vinculará a(o)s participantes e a Administração**.

13.2.1 O pedido de esclarecimento ou de impugnação e sua resposta estarão disponíveis no Portal Compras.gov.br e no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2024/pregoes-2024-1>.

13.2.2 A resposta da(o) Pregoeira(o), quando necessário, será embasada em pronunciamento prévio da Equipe de Planejamento da Contratação.

13.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos **não possuem efeito suspensivo**, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.

13.4 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
(penalidades em sede de processo licitatório)

14.1 À(Ao) licitante que, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, poderá ser aplicada a penalidade de:

14.1.1 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sicaf:

14.1.1.1 Por até 2 (dois) meses, quando deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

14.1.1.2 Por até 4 (quatro) meses:

a) Quando ensejar o retardamento da execução do certame.

a.1) O retardamento na execução do certame referido é qualquer ação ou omissão da(o) licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.

b) Quando não mantiver a proposta.

b.1) A não manutenção da proposta verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido da(o) licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou de falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

14.1.1.3 Por até 12 (doze) meses, quando recusar-se a assinar/receber o respectivo instrumento contratual (nota de empenho ou contrato).

14.1.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**:

14.1.2.1 Quando apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.2.2 Quando fraudar a licitação.

14.1.2.3 Quando se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a licitação.

14.1.2.4 Quando praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.2.5 Quando praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

14.2 Quando a ação ou omissão da(o) licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

14.3 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.4 Para aplicação das sanções previstas, deve ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (duas/dois) ou mais servidora(s) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) licitante para, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.4.1 A intimação da(o) licitante se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento).

14.5 A competência para aplicação da penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

14.6 A competência para a **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** é da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo Pedido de Reconsideração no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contado do seu recebimento.

14.7 A intimação da(o) licitante acerca da decisão de penalidade, inclusive em sede de Recurso e de Pedido de Reconsideração, será efetivada por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento).

14.8 Na hipótese de eventual instauração de processo administrativo sancionatório, a respectiva instrução processual competirá:

14.8.1 À Seção de Licitações (SELIC), nas hipóteses de atos infracionais praticados no curso da licitação.

14.8.2 À Seção de Contratos (SECON), nas hipóteses de atos infracionais praticados após a adjudicação do objeto.

14.9 Infrações verificadas no decorrer da vigência contratual encontram-se disciplinadas no Termo de Referência anexo a este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 É facultada à(ao) licitante a complementação referente a documento ausente, comprobatório de condição atendida quando da apresentação de sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e

avaliado pela(o) Pregoeira(o) (Acórdãos TCU Plenário [1.211/2021](#) e [966/2022](#)).

16.1.1 O encaminhamento da documentação complementar deve observar o prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo ser prorrogado, desde que acolhida a justificativa da(o) licitante, se não for possível o saneamento por meio de consulta a sítios oficiais disponíveis na Internet.

16.2 No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em relatório de julgamento (ata) e acessível à(ao)s licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/99.

16.3 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de erros/falhas ou comprovação da veracidade das informações prestadas, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

16.4 Em caso de desconexão da(o) Pregoeira(o) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) poderá permanecer acessível às(aos) licitantes, retornando a(o) Pregoeira(o) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

16.4.1 Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada após decorridas, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas**, após a comunicação do fato à(ao)s participantes no sítio eletrônico utilizado para a divulgação (<http://www.gov.br/compras>).

16.5 Poderá a(o) Pregoeira(o), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, para rever, justificadamente, quaisquer atos praticados durante as etapas de julgamento da(s) proposta(s), de habilitação ou recursal da sessão pública do certame.

16.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE/SE, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.7 Os horários estabelecidos no Edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.8 A sessão pública do certame poderá ocorrer no período das 9h às 18h, em dias de expediente no TRE/SE.

16.8.1 Se a sessão pública, iniciada no período da manhã, se prolongar durante o período vespertino - ou seja, para além das 13 (treze) horas -, poderá haver concessão de intervalo mínimo de 1 (uma) hora, para repouso e alimentação, a critério da(o) Pregoeira(o).

16.8.2 As atividades de suspensão e de reabertura da sessão pública são exclusivas da(o) Pregoeira(o), cabendo à(ao) licitante o acompanhamento dos registros no *chat* do sistema informatizado.

16.9 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, da Gestão/Fiscalização da Contratação, da(s) forma(s) de pagamento, do reajustamento de preço e das penalidades constam do Termo de Referência, das Especificações Técnicas dos Serviços e da Minuta de Contrato, que integram o rol de anexos deste instrumento.

16.10 Informações sobre o Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694/8717, durante o horário de expediente (07:00 às 13:00 horas), ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

16.11 Integram este Ato Convocatório os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência.

16.11.2 Anexo II - Especificações Técnicas dos Serviços.

16.11.3 Anexo III - Layout dos Ambientes das Localidades (docs. 1522237 e 1522240).

16.11.4 Anexo IV - Modelo de Planilha de Formação de Preços (doc. 1548034).

16.11.5 Anexo V - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.

16.11.6 Anexo VI - Termo de Ciência.

16.11.7 Anexo VII - Termo de Recebimento Provisório.

16.11.8 Anexo VIII - Termo de Recebimento Definitivo.

16.11.9 Anexo IX - Minuta de Contrato.

16.12 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e a legislação informada no preâmbulo deste Ato Convocatório.

16.13 O Estudo Técnico Preliminar (ETP) correspondente a esta contratação encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2024/pregoes-2024-1> (pesquisar pelo ano e pelo número do Pregão).

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I. DADOS DO PROCESSO
1.1 Processo:
0002528-24.2024.6.25.8000
1.2 Objeto:
Contratação de serviços de filmagem com produção do material gravado e veiculação (ao vivo) em canal oficial do TRE/SE no YouTube indispensáveis aos procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, a serem realizados pelo TRE/SE nas Eleições Municipais de 2024.

1.3 Unidades Solicitantes:	
Iniciativa prevista no planejamento estratégico, vinculado ao Programa Eleições.	
1.4 Unidade(s) Demandante(s):	
Equipe do Projeto Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas	
1.5 Equipe de Planejamento da Contratação:	
Integrantes Demandantes: Roberta Feitosa Barreto de Castro Lídia Cunha Mendes Matos	Unidades: SEGEP EJESE
Integrantes Técnicos: Fernando de Souza Lima Cosme Rodrigues de Souza	Unidades: NAC COINF
Integrante Administrativo: Walkeline Fraga Dias Valéria Maria dos Santos	Unidades: ASTEC ASPLAN/SAO
1.6 Estudo Técnico Preliminar:	Disponível no endereço https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2024/pregoes-2024-1 (pesquisar pelo número do Pregão).
1.7 Fiscais Previamente Indicados	A Equipe de Gestão da Contratação será instituída por meio de ato emitido pela Presidência deste Tribunal (ou Diretoria-Geral, por delegação) por ocasião da homologação do procedimento licitatório.
Fiscal Técnico: Servidor lotado na STI	Unidade: STI
Fiscal Administrativo: Servidor lotado na Seção de Contratos	Unidade: SECON
Gestor do Contrato: Líder do Projeto Auditoria do Funcionamento das Urnas Eletrônicas	Unidade: CAVE

II – SUMÁRIO DO TERMO DE REFERÊNCIA	Lei 14.133/2021
1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO 1.1 DESCRIÇÃO RESUMIDA 1.2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	art. 6º, XXIII, a
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO 2.1 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO (CONTEXTUALIZAÇÃO) 2.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO	art. 6º, XXIII, b
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	art. 6º, XXIII, c
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 4.1 REQUISITOS GERAIS 4.2 SUSTENTABILIDADE 4.3 SUBCONTRATAÇÃO 4.4 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO 4.5 TRANSIÇÃO CONTRATUAL 4.6 VISTORIA PRÉVIA 4.7 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS 4.8 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	art. 6º, XXIII, d
5. MODELO DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO 5.1 DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO 5.2 DURAÇÃO DO CONTRATO 5.3 OBRIGAÇÕES DO TRE/SE E SUAS VEDAÇÕES 5.4 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E SUAS VEDAÇÕES 5.5 TREINAMENTO	art. 6º, XXIII, e

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO 6.1 CONDIÇÕES GERAIS 6.2 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO 6.3 RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO 6.4 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO 6.5 REAJUSTE DE PREÇOS 6.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO 6.7 SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO 6.8 EXTINÇÃO DO CONTRATO	art. 6º, XXIII, f
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO 7.1 MEDIÇÃO 7.2 LIQUIDAÇÃO 7.3 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO 7.4 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO 7.5 CESSÃO DE CRÉDITO	art. 6º, XXIII, g
8. REGRAS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR 8.1 FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR 8.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO 8.3 REQUISITOS DA PROPOSTA COMERCIAL 8.4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS 8.5 REQUISITOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO	art. 6º, XXIII, h
9. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO	art. 6º, XXIII, i
10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	art. 6º, XXIII, j
11. DISPOSIÇÕES GERAIS	
12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 DESCRIÇÃO RESUMIDA

1.1.1 Contratação de serviços de filmagem com produção do material gravado e veiculação (ao vivo) em canal do YouTube do TRE/SE indispensáveis aos procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, a serem realizados pelo TRE/SE nas Eleições Municipais de 2024, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR		UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PERÍODO DE EXECUÇÃO	VALOR UNITÁRIO DO TURNO (R\$)	VALOR TOTAL DO SERVIÇO (R\$)
1	AUDIOVISUAL CATSER 3778	Serviços de filmagem (áudio e vídeo) dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados nas Eleições de 2024, contemplando a produção de material gravado e a veiculação da filmagem (ao vivo) no canal oficial do TRE/SE no YouTube, incluindo a instalação, configuração,	Condições do 1º turno: - Imagens captadas de dois ambientes instalados nos seguintes locais do município de Aracaju/SE: Iate Clube de Aracaju e sala do Centro de Excelência Atheneu Sergipense; - Imagens captadas do processo de	Unidade (serviço)	01	1º turno, em duas etapas: Implantação: dias 3 a 5/10/2024; e Implementação: dia 6/10/2024	R\$ 52.190,33 (Nota 1)	R\$ 82.090,33 (Nota 1)

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PERÍODO DE EXECUÇÃO	VALOR UNITÁRIO DO TURNO (R\$)	VALOR TOTAL DO SERVIÇO (R\$)
		operacionalização, suporte e garantia de toda infraestrutura tecnológica necessária à plena execução do objeto.	votação realizado em cada uma das 20 (vinte) urnas eletrônicas submetidas ao Teste de Integridade				
			Condições do 2º turno, se houver: - Imagens captadas de dois ambientes instalados nos seguintes locais do município de Aracaju/SE: Iate Clube de Aracaju e sala do Centro de Excelência Atheneu Sergipense; - Imagens captadas do processo de votação realizado em cada uma das 06 (seis) urnas eletrônicas submetidas ao Teste de Integridade		2º turno (se houver), em duas etapas: Implantação: dias 24 a 26/10/2024; e Implementação: dia 27/10/2024	R\$ 29.900,00 (Nota 1)	

Tabela 1 – Descrição da solução

NOTA 1: Consta do demonstrativo **Valor Estimado da Licitação/Mapa Comparativo**, disponível em <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2024/pregoes-2024-1> (pesquisar por número da licitação) e http://www.comprasnet.gov.br/consulalicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

1.1.2 O Estudo Técnico Preliminar (disponível para consulta em <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2024/pregoes-2024-1>; pesquisar por número da licitação) demonstra que o objeto desta contratação apresenta as seguintes características:

1.1.2.1 Trata-se de **SERVIÇO COMUM**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, sendo prestados preferencialmente por empresas especializadas em serviços de produção/gravação de vídeos, nos termos previstos no art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021.

1.1.2.2 Enquadra-se como **SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS** (contrato por escopo), nos termos previstos no art. 6º, inciso XVII, da Lei 14.133/2021, pois os serviços devem ser prestados em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

1.1.2.3 A contratação dos serviços adotará como regime de execução a **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei 14.133/2021.

1.1.2.4 O prazo de vigência da contratação terá início na data de assinatura do Contrato e término em 31 de dezembro de 2024.

1.1.3 O quantitativo e respectivo código do serviço estão discriminados na tabela acima.

1.2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.2.1 O escopo da contratação envolve a filmagem/gravação de todas as etapas do Teste de Integridade (previsto na [Resolução TSE 23.673/2021](#), Capítulo V), com transmissão ao vivo através do canal oficial do TRE/SE no YouTube, incluindo:

- Abertura dos trabalhos, até as 7 h do dia do pleito;
- Rotinas de votação;

c) Encerramento dos trabalhos.

1.2.2 Todas as especificações relativas à prestação dos serviços, rotinas, procedimentos, atividades, controles e condições de execução, como também bens e materiais que deverão ser eventualmente fornecidos e mantidos durante todo o período do contrato, constam dos seguintes anexos:

1.2.2.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS – ETS;

1.2.2.2 LAYOUT DOS AMBIENTES DAS LOCALIDADES 1 E 2.

1.2.3 A CONTRATADA deverá observar as seguintes diretrizes gerais:

a) contratar, disponibilizar e gerir, de forma permanente e contínua, profissionais para compor a equipe de prestação de serviço à instituição;

b) garantir a prestação dos serviços nos locais e períodos indicados;

c) garantir a integral prestação dos serviços previstos na contratação, bem como disponibilizar informações/documentos para viabilizar a avaliação dos serviços prestados;

d) responsabilizar-se no sentido de cumprir integral, irrestrita e tempestivamente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais em relação à equipe de profissionais que prestem serviços à instituição, bem como as obrigações fiscais, comerciais e financeiras decorrentes da contratação;

e) executar todas as demais obrigações previstas na contratação;

f) proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de mão de obra para o quadro da empresa;

g) disponibilizar equipe técnica qualificada para a execução das atividades relativas à contratação;

h) indicar Preposto(a), a fim de garantir o cumprimento das atividades e das diretrizes e obrigações estabelecidas para sua realização;

i) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO (CONTEXTUALIZAÇÃO)

2.1.1 A Resolução TSE 23.673/2021 determina aos Tribunais Regionais Eleitorais a realização, por amostragem, de auditoria do funcionamento das urnas eletrônicas, a fim de comprovar a lisura do pleito.

2.1.2 Para o cumprimento do acima disposto, o TRE/SE inseriu no Planejamento das Eleições 2024 o Projeto Auditoria do Funcionamento das Urnas Eletrônicas, definida no Plano Geral de Projeto - PGP (doc. 1482549), no qual consta a previsão de contratação de empresa de filmagem dos trabalhos de auditoria.

2.1.3 Acerca da necessidade da contratação, vale ressaltar o que preceitua o art. 64, § 2º, da supracitada Resolução: “A auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas será filmada pela Justiça Eleitoral ou por empresa contratada.”

2.1.4 Ainda nesse sentido não se pode deixar de destacar o que prescreve o art. 54, da Resolução TSE 23.673/2021, quando estatui que os trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas são públicos e poderão ser acompanhados por qualquer pessoa interessada.

2.1.5 Tal disposição acentua o principal objetivo da contratação que é tornar o processo de votação o mais transparente possível, oferecendo à sociedade a possibilidade de comprovar a inexistência de falhas no sistema de votação.

2.1.6 Para tanto, os trabalhos da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas não são sigilosos e o público presente poderá acompanhar todos os procedimentos pessoalmente e com o auxílio de equipamentos eletrônicos (câmeras, televisores, microfones etc) que demonstrarão a todos a lisura do processo eleitoral.

2.1.7 Decorre-se da imperatividade de tais preceitos a necessidade de se contratar empresa para executar os serviços de filmagem (áudio e vídeo), gravação ininterrupta e transmissão (ao vivo) no canal oficial do TRE/SE no YouTube do Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas sem biometria e com biometria, a serem realizados nas Eleições de 2024, em 1º Turno e 2º Turno (este, se houver), tendo em vista que o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe não dispõe de recursos materiais e humanos necessários para execução desse serviço.

2.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.2.1 A prestação dos serviços é essencial para o órgão porque contribui para o cumprimento de sua missão institucional. A contratação almejada dá suporte indireto às atividades finalísticas do Tribunal, pois propicia o suporte necessário para desempenho das suas competências institucionais.

2.2.2 Entende-se que as atividades desenvolvidas na Instituição estão diretamente ligadas ao alcance dos Macrodesafios traçados no [Mapa Estratégico 2021-2026 do TRE/SE](#). Para estruturar os objetivos estratégicos foram definidas três Perspectivas: *Sociedade*, *Processos internos* e *Aprendizado e crescimento*. Neste diapasão, conforme a análise de cenários prevista na [Resolução TRE/SE 5/2021](#), esta contratação guarda relação com os seguintes Macrodesafios:

a) Macrodesafio 2 - *Fortalecimento da relação institucional da justiça eleitoral com a sociedade*, incluído na Perspectiva de *Sociedade*. A contratação proporcionará: maior transparência ao processo eletrônico de votação, oferecendo aos entes fiscalizadores e à sociedade civil a possibilidade de comprovar a inexistência de falhas nos sistemas; total visibilidade às pessoas interessadas para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos (de forma presencial e/ou virtual);

b) Macrodesafio 7 - *Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária*, incluído na Perspectiva de *Processos Internos*. A análise de cenários caracteriza como *força* o fato de um TRE/SE possuir *ambiente favorável ao desempenho das atividades*;

c) Macrodesafio 9 - *Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira*, incluído na Perspectiva de *Aprendizado e Crescimento*. A análise de cenários caracteriza como *forças* o fato de um TRE/SE possuir *Disponibilidade orçamentária satisfatória e Plano Anual de contratações*.

2.2.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações disponibilizada no site do TRE/SE (<https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/plano-de-contratacao-anual-pca/plano-de-contratacao-anual-pca/>).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição complementar da solução que atenderá à demanda dos serviços, bem como os quantitativos, constam do artefato *ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS - ETS*.

3.2 O objeto do certame não será parcelado, sendo os serviços prestados no 1º turno e 2º turno (se houver) das Eleições 2024 reunidos em **ITEM ÚNICO**, conforme registrado no referido artefato.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 REQUISITOS GERAIS

4.1.1 Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, em conformidade com a legislação vigente e os padrões exigidos neste instrumento e nos demais anexos do Ato Convocatório.

4.2 SUSTENTABILIDADE

4.2.1 Os critérios de sustentabilidade ambiental que devem ser atendidos no decorrer da prestação dos serviços estão indicados neste instrumento e no artefato *ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS*.

4.2.2 Os critérios de sustentabilidade ambiental previstos nesta contratação respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre os licitantes e não restringem a competição.

4.3 SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, observadas as condições previstas no artefato *ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS*.

4.4 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4.1 Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, conforme informações registradas no ETS.

4.5 TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.5.1 Não existe necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.6 VISTORIA PRÉVIA

4.6.1 Não será possível a realização de vistoria prévia dos locais de execução dos serviços conforme justificativas registradas no artefato *ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS*.

4.6.1.1 Para conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado disponibiliza-se as seguintes informações: a) layouts dos ambientes das localidades 1 e 2 (Anexo ao Ato Convocatório); b) vídeo de Teste de Integridade referente às Eleições 2022, realizado na localidade 1 (disponível no canal do YouTube do TRE/SE, link <https://www.youtube.com/watch?v=W1HjavG7SA>).

4.7 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

4.7.1 Não é admitida a participação de cooperativas no certame, conforme informações constantes do artefato *ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS*.

4.8 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.8.1 Não é admitida a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, conforme informações constantes do artefato *ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS*.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1 DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1 A execução dos serviços objeto da contratação deverá ser realizada diretamente pela CONTRATADA, por intermédio de profissionais pertencentes ao quadro de pessoal da empresa devidamente habilitados, devidamente qualificados e aptos para o exercício regular de tais atividades, observadas rigorosamente as especificações, prazos e condições contidas neste Instrumento (e nos demais Anexos deste instrumento e do Ato Convocatório) e a legislação pertinente, bem como em observância às boas práticas operacionais, às normas regulamentares de segurança e saúde no trabalho, às normas internas da instituição, entre outras.

5.1.2 A execução do objeto desta contratação deve atender à dinâmica e às especificações indicadas nos seguintes artefatos:

5.1.2.1 *ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS – ETS*.

5.1.2.2 *LAYOUT DOS AMBIENTES DAS LOCALIDADES 1 E 2*.

5.2 DURAÇÃO DO CONTRATO

5.2.1 O prazo de vigência da contratação terá início na data de assinatura do Contrato e término em 31 de dezembro de 2024. A vigência

será automaticamente prorrogada, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA.

5.2.2 Os serviços devem ser prestados nos períodos determinados no artefato **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS**, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

5.3 OBRIGAÇÕES DO TRE/SE E SUAS VEDAÇÕES

5.3.1 Obrigações do TRE/SE:

5.3.1.1 Emitir Nota de Empenho.

5.3.1.2 Proporcionar à CONTRATADA as condições indispensáveis à/ao execução/fornecimento do objeto deste Instrumento.

5.3.1.3 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela(o) representante ou Preposta(o) da CONTRATADA.

5.3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado.

5.3.1.5 Receber e conferir os serviços em conformidade aos prazos fixados nos artefatos da contratação, verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, rejeitando, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

5.3.1.6 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento e no Termo de Contrato.

5.3.1.7 Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail)

5.3.1.8 Realizar as avaliações previstas no instrumento de avaliação dos níveis mínimos de serviços, se houver.

5.3.1.9 Assegurar o acesso às suas dependências da(o)s profissionais incumbida(o)s do fornecimento do objeto, desde que se apresentem devidamente identificada(o)s e que respeitem as normas internas segurança e disciplina) do TRE/SE.

5.3.1.10 Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste ([art. 123 da Lei 14.133/2021](#)).

5.3.1.10.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

5.3.1.11 Notificar a(o)s emitentes das garantias (se houver) quanto ao início de eventual processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º da Lei 14.133/2021](#)).

5.3.2 Vedações aplicáveis ao TRE/SE:

5.3.2.1 Praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

5.3.2.1.1 Exercer o poder de mando sobre a(o)s empregada(o)s da CONTRATADA, devendo reportar-se somente à/ao Preposta(o) ou pessoa(s) responsável(eis) por ela(e) indicada(s).

5.3.2.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

5.3.2.1.3 Promover ou aceitar o desvio de funções da(o)s trabalhadora(e)s da CONTRATADA, mediante a sua utilização em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual a(o) trabalhadora/trabalhador foi contratada(o).

5.4 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E SUAS VEDAÇÕES

5.4.1 A ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA, além do cumprimento de condições previstas no Anexo **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO** e em outras cláusulas/itens deste Instrumento e dos demais documentos anexos ao Ato Convocatório, deve atender às obrigações previstas na fase pré-contratual e às obrigações gerais e específicas indicadas nesta cláusula.

5.4.1.1 Durante a fase pré-contratual, a empresa ADJUDICATÁRIA obriga-se a(o):

5.4.1.1.1 Indicar a garantia contratual (caso exigível), consoante os termos e condições fixados neste instrumento e no Contrato.

5.4.1.1.2 Comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião do certame licitatório, particularmente em relação à regularidade fiscal federal e trabalhista, bem como da inexistência de obstáculos ao direito de contratar com a Administração Pública.

5.4.1.1.3 Comprovar o atendimento das seguintes condições:

5.4.1.1.3.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.

5.4.1.1.3.1.1 O Cadastro de Empregadores previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4/2016 está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Emprego na rede mundial de computadores, conforme prevê o art. 225 da [Portaria MTP 671/2021](#) (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf).

5.4.1.1.3.2 Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou sua(eu)s dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do [Decreto 5.017/2004](#) (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT [C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório](#) e [C105 - Abolição do Trabalho Forçado](#).

5.4.1.1.3.2.1 A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da CONTRATADA, sendo que a declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e neste instrumento.

5.4.1.1.4 Indicar os dados pessoais do representante que será responsável pela assinatura do Contrato, inclusive com a comprovação dos poderes legais necessários para tanto, bem como realizar o cadastro no sistema processual (SEI) para fins de assinatura do Contrato.

5.4.1.1.4.1 O(s) representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar cadastro(s) para acesso(s) ao SEI para fins de

assinatura digital, conforme procedimentos repassados pela Seção de Contratos (SECON).

5.4.1.1.5 Indicar os dados pessoais e contatos comerciais de agente responsável por sua representação legal.

5.4.1.1.6 Apresentar os demais documentos e informações necessários e suficientes à assinatura do respectivo Contrato.

5.4.1.1.7 Receber nota de empenho e assinar o respectivo Contrato.

5.4.1.2 Firmada a contratação, a CONTRATADA deve atender às seguintes obrigações:

5.4.1.2.1 Obrigações gerais:

5.4.1.2.1.1 Executar o serviço conforme especificações do Edital e da proposta de preços apresentada, com a alocação da(o)s empregada(o)s necessária(o)s ao perfeito cumprimento do contrato, além de fornecer os materiais e equipamentos eventualmente exigidos/necessários à execução do serviço, com a qualidade e a quantidade especificadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pela legislação.

5.4.1.2.1.2 Arcar com a responsabilidade decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da CONTRATADA, independentemente da ação de fiscalização do Tribunal.

5.4.1.2.1.3 Responsabilizar-se pelo pagamento da mão de obra e também pelo cumprimento de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e de tudo mais que se fizer necessário à conclusão e quitação dos encargos decorrentes dos serviços contratados.

5.4.1.2.1.4 Atender a quaisquer orientações e exigências da Equipe de Gestão da Contratação, inerentes à execução do objeto contratual, no prazo por ela fixado, admitindo-se prorrogação, desde que conveniente e oportuno para a Administração.

5.4.1.2.1.5 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local da prestação do serviço, bem como aos documentos relativos à sua execução.

5.4.1.2.1.6 Paralisar, por determinação do TRE/SE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança ou bens do CONTRATANTE e/ou de terceiras pessoas.

5.4.1.2.1.7 Promover a guarda e manutenção de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

5.4.1.2.1.8 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Edital, no prazo determinado.

5.4.1.2.1.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à(ao)s agentes de fiscalização do TRE/SE qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

5.4.1.2.1.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **5.4.1.2.1.9** transferirá à CONTRATADA todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

5.4.1.2.1.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

5.4.1.2.1.11 Indicar, no prazo de assinatura do contrato (5 - cinco - dias úteis), Preposta(o) para representá-la(o) na execução do objeto contratual, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, reservando-se ao TRE/SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a CONTRATADA deverá indicar outra(o) representante.

5.4.1.2.1.12 Comunicar à(ao)s agentes de fiscalização do TRE/SE, nos prazos indicados a seguir, qualquer ocorrência anormal ou acidente de que tenha conhecimento, no local de realização dos serviços:

a) nos dias anteriores ao pleito - no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**;

b) no dia do pleito - no prazo de **30 (trinta) minutos**.

5.4.1.2.1.13 Comunicar ao CONTRATANTE, nos prazos indicados a seguir, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazo previsto, com a devida comprovação:

a) nos dias anteriores ao pleito - no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**;

b) no dia do pleito - no prazo de **30 (trinta) minutos**.

5.4.1.2.1.14 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

5.4.1.2.1.15 Executar os serviços nos prazos fixados no Edital, empregando, quando for o caso, mão de obra, materiais e equipamentos de qualidade, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretivas indicadas pela(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE.

5.4.1.2.1.16 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao TRE/SE, devendo ressarcir imediatamente em sua integralidade, podendo este Tribunal, descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.4.1.2.1.17 Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiras pessoas por culpa ou dolo de suas(seus) representantes legais, preposta(o)s ou empregada(o)s, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;

5.4.1.2.1.18 Atender as normas sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as normas de segurança do TRE/SE.

5.4.1.2.1.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas estabelecidas pela legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de serviço e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.4.1.2.1.20 Manter, durante a execução da contratação, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitada(o)s, treinada(o)s e qualificada(o)s para fornecimento do objeto contratado.

5.4.1.2.1.21 Cuidar para que sua(eu)s empregada(o)s se apresentem devidamente identificada(o)s por meio de crachá, durante a execução presencial do serviço.

5.4.1.2.1.22 Apresentar à(ao)s agentes de fiscalização do TRE/SE, quando for o caso, a relação nominal da(o)s empregada(o)s que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

5.4.1.2.1.23 Instruir sua(eu)s empregada(o)s a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-a(o)s a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao TRE/SE toda e qualquer ocorrência neste sentido.

5.4.1.2.1.24 Instruir sua(eu)s empregada(o)s quanto à prevenção de incêndios nas áreas do TRE/SE e quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do TRE/SE.

5.4.1.2.1.25 Apresentar, quando solicitado pelo TRE/SE, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

5.4.1.2.1.25.1 O atestado de antecedentes criminais somente poderá ser solicitado quando for imprescindível à segurança de pessoas, bens, informações ou instalações, de forma motivada.

5.4.1.2.1.26 Atender às solicitações da(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE quanto à substituição da(o)s empregada(o)s alocada(o)s, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

5.4.1.2.1.27 Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone que disponha da funcionalidade WhatsApp para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais.

5.4.1.2.1.28 Observar os termos da [Lei 13.709/2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução TRE/SE 120/2015, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade/etica-e-integridade>.

5.4.1.2.1.29 Apresentar tempestivamente toda a documentação necessária à liquidação da despesa e ao pagamento dos serviços, conforme fixado neste Instrumento e no Contrato.

5.4.1.2.1.30 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias contados da solicitação, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.4.1.2.1.31 Apresentar, quando couber, complementação de garantia.

5.4.1.2.1.32 Manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, que eventualmente venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de sancionamento previsto em lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

5.4.1.2.1.33 Assinar Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no TRE/SE, e cuidar para que toda(o)s a(o)s empregada(o)s diretamente associada(o)s à contratação assinem o Termo de Ciência, ambos anexados ao Ato Convocatório.

5.4.1.2.1.33.1 O acesso às dependências do TRE/SE está condicionado ao atendimento da exigência indicada no item **5.4.1.2.1.33**.

5.4.1.2.2 Obrigações aplicáveis em razão da natureza do objeto contratado:

5.4.1.2.2.1 A CONTRATADA deverá cumprir as condições e obrigações específicas registradas nos demais artefatos da contratação.

5.4.2 Vedações aplicáveis à CONTRATADA:

5.4.2.1 Permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho por menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.4.2.2 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

5.4.2.3 Veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços contratados, sem prévia autorização do TRE/SE.

5.4.2.4 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do contrato, a juízo do TRE/SE.

5.4.2.5 Contratar servidora(servidor) pertencente ao quadro de pessoal do TRE/SE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.4.2.6 Beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo se amparada pelas exceções previstas no § 5º-C do [art. 18 da Lei Complementar no 123/2006](#).

5.5 TREINAMENTO

5.5.1 Não existe necessidade de treinamento e/ou capacitação de equipe do TRE/SE.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 CONDIÇÕES GERAIS

6.1.1 A contratação do objeto do presente processo de licitação será formalizada por intermédio de CONTRATO, contendo as informações e cláusulas essenciais, nos termos do art. 92 da Lei 14.133/2021, e alterações posteriores, sendo parte integrante da contratação as cláusulas e obrigações descritas neste instrumento e nos demais anexos do Ato Convocatório.

6.1.2 A empresa adjudicatária será convocada por e-mail para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, assinar o CONTRATO, sendo o termo inicial do prazo para assinatura contado do dia útil seguinte ao encaminhamento do email ou do acesso ao sistema processual SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

6.1.2.1 A assinatura do instrumento contratual ocorrerá, preferencialmente, por via eletrônica, diretamente no sistema processual SEI –

Sistema Eletrônico de Informações, de modo que a(o)(s) representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar cadastro(s) para acesso(s) ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimentos repassados pela Seção de Contratos (SECON).

6.1.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.3.1 É proibido ao TRE/SE retardar imotivadamente a execução de serviço, inclusive na hipótese de posse de nova(o) titular no órgão.

6.1.4 As comunicações entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4.1 A CONTRATADA deverá informar e-mail e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo Whatsapp para recebimento de comunicações escritas relacionadas ao Contrato.

6.1.5 As comunicações de atos processuais serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada a e-mail informado pela CONTRATADA e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

6.1.6 Após a assinatura do Contrato, o órgão ou entidade convocará a(o) representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados/medição e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.7 O TRE/SE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.2.1 A execução do contrato será fiscalizada e acompanhada por representantes do TRE/SE especialmente designada(o)s como agentes de fiscalização, ou por sua(eu)s substituta(o)s, permitida a contratação de terceiras pessoas para assisti-la(o)s e subsidiá-la(o)s com informações pertinentes a essa atribuição.

6.2.1.1 A FISCALIZAÇÃO será realizada por Equipe de Gestão da Contratação (EGC) ou por FISCAL(IS) designada(o)s no instrumento contratual e/ou por ato normativo do TRE/SE e que atuará(ão) em conformidade com as atribuições indicadas no respectivo instrumento/ato.

6.2.2.2 A GESTÃO (acompanhamento) do Contrato será realizada(o) por servidora(servidor) designada(o) como GESTORA(GESTOR) no instrumento contratual e/ou por ato normativo do TRE/SE e atuará em conformidade com as atribuições indicadas no respectivo instrumento/ato.

6.2.2 A Gestão/Fiscalização da Contratação fiscalizará o fornecimento do objeto contratado, com poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas, e rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto neste Instrumento, na respectiva proposta e na Nota de Empenho ou no Termo de Contrato, conforme o caso.

6.2.2.1 Quaisquer da(o)s servidora(e)s designada(o)s para desenvolver conjuntamente as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato terão poderes para determinar a correção de inconsistências, propor alterações contratuais ou de procedimentos e solicitar a abertura de processo administrativo para eventual aplicação das sanções administrativas cabíveis.

6.2.3 A(O)s agentes de fiscalização do TRE/SE devem atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

6.2.3.1 Acompanhar a execução a fim de verificar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas.

6.2.3.2 Determinar, considerando os poderes que detêm, o que for necessário à solução das irregularidades detectadas na execução do contrato.

6.2.3.3 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.2.3.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto no Edital, na proposta da CONTRATADA e no contrato.

6.2.3.5 Informar a sua(eu)s superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.2.3.6 Solicitar auxílio de Unidades especializadas do TRE/SE (inclusive as unidades de assessoramento jurídico e de auditoria), que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la(o)s com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.2.3.7 Colaborar com eventual instrução processual.

6.2.4. A CONTRATADA deve atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

6.2.4.1 Deverá indicar Representante, a(o) qual será responsável pela gestão administrativa do contrato e deverá ter poderes para assinar requerimentos ou petições, formalizar Contrato e seus aditamentos, receber intimações e notificações, dentre outras.

6.2.4.2 Deverá manter Preposta(o) aceito pelo TRE/SE para representá-la na execução do contrato.

6.2.4.3 Será obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela eventualmente empregados.

6.2.4.4 Será responsável pelos danos causados diretamente ao TRE/SE ou a terceiras pessoas em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

6.2.4.4.1 Para registro de ocorrências diárias relativas à execução contratual, a CONTRATADA deverá disponibilizar e manter formulário ou livro próprio.

6.2.4.5 Será a ÚNICA responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

6.2.4.5.1 A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao TRE/SE a responsabilidade pelo seu pagamento.

6.2.5 Os esclarecimentos solicitados pela(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE deverão ser prestados nos prazos indicados a seguir, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

a) nos dias anteriores ao pleito - no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

b) no dia do pleito - no prazo de 30 (trinta) minutos

6.2.6 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE/SE ou pela(o)s agentes de fiscalização, poderá a(o) GESTORA(GESTOR), além de solicitar a aplicação

de sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela CONTRATADA.

6.2.6.1 Somente a(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE e sua(eu)s superiores hierárquica(o)s têm autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado e que estejam prejudicando o funcionamento do trabalho.

6.2.7 Qualquer solicitação feita pela CONTRATADA que esteja fora do escopo do objeto contratado não poderá ser realizada sem a análise da(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE.

6.2.8 O TRE/SE deverá emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contratual.

6.2.8.1 Salvo disposição legal que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a autoridade competente do TRE/SE terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

6.3 RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

6.3.1 O objeto deste contrato será recebido pelo TRE/SE, após avaliação de qualidade pela(o)s agentes de fiscalização, com a finalidade de verificar a adequação do serviço e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões que se fizerem necessários.

6.3.2 O objeto do contrato será recebido conforme os procedimentos detalhados no artefato ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS, item Requisitos de Metodologia de Trabalho.

6.3.3 Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela(o) CONTRATADA(O), de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.3.4 O recebimento provisório ou definitivo e a fiscalização da contratação, a ser exercida no interesse do TRE/SE, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao TRE/SE ou a terceiros pessoas.

6.3.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Ato Convocatório e em seus anexos ou na proposta da CONTRATADA, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo TRE/SE, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo do desconto/dedução resultante do redimensionamento do valor resultante da avaliação dos Níveis Mínimos de Serviços, se couber, e da aplicação das sanções cabíveis.

6.3.5.1 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade que ainda possa ser sanada, a(o) FISCAL competente, previamente à emissão do relatório/termo detalhado, emitirá notificações diretamente à CONTRATADA para a correção da falha detectada, determinando prazo para o cumprimento da providência.

6.3.6 Não sendo executados os serviços de correção no prazo determinado pela(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE, poderá o TRE/SE mandar executá-los por terceiras pessoas, podendo fazer uso da garantia (se houver), de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a CONTRATADA faça jus.

6.4 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

6.4.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à alteração do contrato estão indicadas no instrumento contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VII, do Título III, da Lei 14.133/2021.

6.5. REAJUSTE DE PREÇOS

6.5.1 Os preços dos itens são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (conforme *DEMONSTRATIVO - PESQUISA DE PREÇOS - VALOR DE REFERÊNCIA*).

6.5.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, com base no IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.5.3 Os demais procedimentos atinentes ao reajuste do valor contratado estão indicados no Instrumento Contratual.

6.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO

6.6.1 Configuram infrações administrativas às quais está sujeita a ADJUDICATÁRIA(O) ou a CONTRATADA, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021:

6.6.1.1 Dar causa à inexecução parcial da contratação.

6.6.1.2 Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

6.6.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato.

6.6.1.4 Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.

6.6.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.

6.6.1.6 Prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

6.6.1.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato.

6.6.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

6.6.1.9 Praticar ato lesivo previsto nos incisos I, II, III, IV, "d", "e", "f" e "g", do [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

6.6.2 O TRE/SE, eventualmente verificadas as infrações referidas no item **6.6.1**, poderá aplicar à(ao) CONTRATADA(O) as seguintes sanções administrativas:

6.6.2.1 Advertência.

6.6.2.2 Multa.

6.6.2.3 Impedimento de licitar e contratar.

6.6.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.6.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

6.6.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

6.6.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

6.6.3.4. Os danos que da infração provierem para a Administração Pública.

6.6.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.6.4 Relação entre os tipos de penalidade e hipóteses de aplicabilidade:

Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria
Advertência	Dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.	Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Gestão/Fiscalização da Contratação	<p>Na aplicação das sanções serão considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A natureza e a gravidade da infração cometida. - As peculiaridades do caso concreto. - As circunstâncias agravantes ou atenuantes. - Os danos que dela provierem para o TRE/SE. - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Multa	Todas aquelas reproduzidas no item 6.6.1 deste instrumento.	<p>1. As multas a que alude este instrumento não impedem que a Administração promova a extinção unilateral da contratação e/ou aplique este tipo de sanção cumulativamente com as demais.</p> <p>2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.</p> <p>3. Quadro elucidativo (infrações, percentuais, base de cálculo) indicado no item 6.6.5.</p>	Secretária(o) de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/SE	
Impedimento de licitar e contratar	<p>1. Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.</p> <p>2. Dar causa à inexecução total da contratação.</p> <p>3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.</p> <p>4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.</p>	<p>1. A aplicação do <i>Impedimento de licitar e contratar</i> só se efetivará quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos (Art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>2. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>	Diretora(Diretor) Geral do TRE/SE	
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	<p>1. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato</p> <p>2. Praticar ato fraudulento na execução do contrato</p> <p>3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza</p>	<p>1. Desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o <i>Impedimento de licitar e contratar</i>, a Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pode ser aplicada também nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. 	Presidente do TRE/SE	

	<p>4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.</p>	<p>- Dar causa à inexecução total da contratação.</p> <p>- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.</p> <p>- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.</p> <p>2. A aplicação do sancionamento previsto nesta linha impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (Art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>3. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>		
--	-----------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Tabela 5 - Infrações e Penalidades

6.6.4.1. A aplicação das sanções previstas no item **6.6.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6.5. As condutas irregulares sujeitas à **multa**, bem como respectivos percentuais, deverão observar o disposto na tabela abaixo:

HIPÓTESE	INFRAÇÃO	PERCENTUAL MULTA	BASE DE CALCULO	OBSERVAÇÃO
1	Inexecução total da obrigação assumida	até 30% (trinta por cento)	valor TOTAL do Contrato	Autoriza o TRE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
2	Gerar situação que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	até 5% (cinco por cento), por ocorrência	valor TOTAL do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor TOTAL do Contrato.
3	Quebrar o sigilo das informações confidenciais	até 5% (cinco por cento), por ocorrência	valor TOTAL do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor TOTAL do Contrato.
4	Deixar de cumprir requisitos de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, conforme definidos nos instrumentos de contratação	até 3% (três por cento), por ocorrência	valor TOTAL do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor TOTAL do Contrato.
5	Causar qualquer dano aos equipamentos do CONTRATANTE na execução das atividades contratuais	até 3% (três por cento), por ocorrência	valor TOTAL do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor TOTAL do Contrato.
6	Receber mais de 3 (três) advertências durante a execução do objeto	até 5% (cinco por cento), a cada 3 (três) advertências	valor TOTAL do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor TOTAL do Contrato
7	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados	até 30% (trinta por cento)	valor TOTAL do Contrato	O TRE poderá declarar a inexecução parcial do objeto e rescindir o contrato
8	Causar qualquer indisponibilidade dos serviços do CONTRATANTE, por culpa ou dolo, na execução das atividades contratuais.	até 30% (trinta por cento)	valor TOTAL do Contrato	O TRE poderá declarar a inexecução parcial do objeto e rescindir o contrato
9	Não substituir equipamentos/mídias considerados inadequados e/ou defeituosos, nos prazos definidos no ETS	até 1% (um por cento), por ocorrência	valor por TURNO do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do TURNO do Contrato

HIPÓTESE	INFRAÇÃO	PERCENTUAL MULTA	BASE DE CALCULO	OBSERVAÇÃO
10	Fraudar, manipular ou descaracterizar as imagens gravadas	até o limite de 30% (trinta por cento)	valor por TURNO do Contrato	
11	Deixar de fornecer iluminação auxiliar que garanta uma melhor qualidade da imagem	até 3% (três por cento)	valor por TURNO do Contrato	
12	Apresentar imagens incompatíveis ou com características inferiores às especificadas no ETS	até 3% (três por cento), para cada urna eletrônica filmada	valor por TURNO do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do TURNO do Contrato
13	Deixar de entregar as mídias, após o encerramento dos trabalhos, no prazo estabelecido.	até 5% (cinco por cento) para cada mídia não entregue	valor por TURNO do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do TURNO do Contrato
14	Deixar de fornecer os equipamentos/mídias relacionados no ETS em perfeitas condições de uso	até 1% (um por cento), por ocorrência	valor por TURNO do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do TURNO do Contrato
15	Não promover a prévia instalação e testes dos equipamentos na forma e nos prazos descritos no ETS.	até 5% (cinco por cento)	valor por TURNO do Contrato	
16	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou que seja inapto para a execução dos trabalhos	até 0,5% (cinco décimos por cento), por empregado	valor por TURNO do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do TURNO do Contrato
17	Atrasar, injustificadamente, o início da filmagem das urnas eletrônicas submetidas ao teste de integridade	até 3% (três por cento), por hora de atraso	valor por TURNO do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do TURNO do Contrato
18	Deixar de transmitir as imagens dos ambientes do teste de integridade, na forma e nos prazos descritos no ETS.	até 3% (três por cento), por hora de transmissão (ausente ou em desconformidade)	valor por TURNO do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do TURNO do Contrato
19	Deixar de manter, durante o dia do pleito, equipe técnica mínima conforme a quantidade especificada no ETS	até 3% (três por cento)	valor por TURNO do Contrato	
20	Descumprir imotivadamente obrigação estabelecida neste Instrumento e no Contrato, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação	até 0,7% (sete décimos por cento), por ocorrência	valor por TURNO do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do TURNO do Contrato
21	Recusar injustificadamente o cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação.	até 0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência	valor por TURNO do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do TURNO do Contrato
22	Deixar de indicar ou manter preposto durante a execução do contrato	até 1% (um por cento), por dia	valor por TURNO do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do TURNO do Contrato
23	Deixar de executar serviço determinado pela fiscalização	até 1% (um por cento), por ocorrência	valor por TURNO do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do TURNO do Contrato
24	Atrasar na entrega de esclarecimentos, respostas ou adoção de medidas formais solicitados para sanar as inconsistências e/ou dúvidas suscitadas durante a vigência do contrato	até 0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência	valor por TURNO do Contrato	Até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do TURNO do Contrato

Tabela 6 - Infrações sujeitas à aplicação de multas

6.6.4.1 Para efeito de **COBRANÇA** das multas aplicadas será observado o **limite de 30,0% (trinta por cento) sobre o valor POR TURNO do contrato**, caso a soma das multas aplicadas (a partir das hipóteses indicadas na Tabela 6) em determinado TURNO seja superior ao referido limite.

6.6.5 A aplicação de multa de mora não impedirá que o TRE/SE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da contratação com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Instrumento.

6.6.6 As regras e os procedimentos acerca da instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência estão indicadas no instrumento contratual.

6.7 SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

6.7.1 A contratação poderá ser suspensa, observados os termos dos arts. 115, § 5º, e 147, da Lei 14.133/2021, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

6.8 EXTINÇÃO DO CONTRATO

6.8.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à extinção do contrato estão indicadas no instrumento contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VIII, do Título III, da Lei 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 A verificação da qualidade constitui-se em procedimento indispensável para a fiscalização e a gestão de contratos de serviços da Administração Pública.

7.1.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará como aferição da qualidade os seguintes critérios: quantidade e qualidade de imagem e do material entregue.

7.1.2 A verificação da qualidade será realizada por ocasião da etapa de recebimento dos serviços prestados.

7.1.3 A etapa de recebimento dos serviços está detalhada no artefato *ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS*, item *Requisitos de Metodologia de Trabalho*.

7.2 LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Os serviços objeto do contrato serão faturados/liquidados por turno de votação, ou seja, em não havendo 2º turno das eleições, a CONTRATADA só executará e será remunerada pelos trabalhos relativos ao 1º turno.

7.2.2 A CONTRATADA deverá entregar à Gestão/Fiscalização da contratação, até o dia 20 do mês subsequente ao da prestação do serviço, nota fiscal/fatura do serviço, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e de pagamento, de forma a garantir, o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária, se couber, no prazo estabelecido no artigo 31 da Lei 8.212/1991 (e alterações).

7.2.2.1 No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues ao TRE/SE em data posterior à indicada no **item 7.2.2**, será imputado à(ao) CONTRATADA(O) o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

7.2.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.2.4 O instrumento contratual indicará procedimentos complementares à fase de liquidação.

7.3 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

7.3.1. O pagamento será realizado a cada turno de eleição, após a entrega e validação/recebimento dos serviços.

7.3.2 Os procedimentos atinentes ao pagamento e à retenção tributária estão indicados no instrumento contratual, cumprindo destacar:

7.3.2.1 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal Eletrônica e institui a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.3.2.2 A CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br/>.

7.3.2.3 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da contratação.

7.4 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

7.4.1 A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento.

7.5 CESSÃO DE CRÉDITO

7.5.1 A presente contratação não permitirá a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8. REGRAS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1.1 Os serviços pretendidos são oferecidos por diversos fornecedores e apresentam características padronizadas e usuais de mercado, sendo permitida a adoção da modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, à luz do disposto no art. 29, da Lei 14.133/2021.

8.1.2 O procedimento deverá atender às regras previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), conforme determina o art. 4º da Lei 14.133/2021.

8.1.2.1 O certame se destina à AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORES, uma vez que o valor anual da contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8.1.2.2 Tendo em vista a necessidade de adjudicação de um item único, como forma de manter a padronização visual e a qualidade da filmagem, além de facilitar o acompanhamento e a fiscalização na execução do pacto, afasta-se a possibilidade de reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte a que alude artigo 48, III, da LC 123/2006, nos moldes do artigo 49, III, da citada lei.

8.1.3 Não será aplicada a margem de preferência prevista no [art. 26 da Lei 14.133/2021](#), regulamentado pelo [Decreto 11.890/2024](#).

8.1.3.1 Importa registrar que a EPC não identificou normativo emitido pela Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS) disciplinando a aplicação de margem de preferência ao objeto desta contratação.

8.1.4 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no ato convocatório.

8.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

8.2.1 O objeto da contratação é composto por SERVIÇOS que serão prestados no 1º turno e 2º turno (se houver) das Eleições 2024 e que foram reunidos em ITEM ÚNICO, a fim de assegurar o não parcelamento de seu objeto.

8.2.2 O **julgamento** do certame será realizado pelo critério do MENOR PREÇO DO ITEM, observadas as regras de aceitação das propostas fixadas no Ato Convocatório.

8.2.2.1 O preço global apresentado deverá incluir a completa execução do objeto, em conformidade com este instrumento, e quaisquer diferenças apuradas pela licitante deverão ser computadas na composição do preço, pois não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE/SE.

8.2.3 A **adjudicação** do objeto será realizada segundo o critério de julgamento fixado no item **8.2.2** (MENOR PREÇO DO ITEM), observada a decisão final de julgamento do certame.

8.3 REQUISITOS DA PROPOSTA COMERCIAL

8.3.1 As empresas interessadas deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todas as especificações e informações fornecidas para execução dos serviços, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento no prazo de até **três (3) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

8.3.2 A proposta comercial da licitante deverá conter, minimamente, as seguintes informações:

a) planilha de custos e formação de preços detalhando o preço ou lance final proposto, conforme modelo anexo.

b) declaração, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas ([art. 63](#), § 1º, da Lei 14.133/2021).

c) outras informações pertinentes.

8.3.2.1 Na planilha de custos e formação de preço, as licitantes deverão detalhar o valor de cada TURNO e consolidar a proposta com o VALOR TOTAL para os dois turnos das Eleições 2024.

8.3.3 A participação no presente certame representa completa e irrestrita aceitação das condições, bem como a garantia de seu cumprimento, referente aos serviços, prazos e demais obrigações fixadas neste Termo de Referência (e nos demais anexos ao Ato Convocatório), independente de declaração expressa da licitante.

8.3.4 Todos os custos, diretos e indiretos, incidentes sobre a execução do futuro contrato deverão ser considerados por ocasião da elaboração da proposta, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração de tal ou qual ônus, mesmo que não explicitado na respectiva planilha de custos e formação de preços.

8.3.5 Cada licitante é responsável pelos valores indicados nas respectivas planilhas de custos e formação de preços anexas às propostas comerciais, não lhe cabendo alegar quaisquer erros, falhas ou omissões para pleitear futura alteração contratual.

8.3.6 A proposta deverá ser registrada (no campo próprio do COMPRASNET) para o ITEM (único), cujo valor deve ser calculado conforme modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços disponibilizado como anexo.

8.4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

8.4.1 O valor máximo aceitável da proposta de preços no certame corresponde ao **VALOR TOTAL DO SERVIÇO indicado na Tabela 1**.

8.4.2 O critério de aceitabilidade de preços será o VALOR TOTAL estimado (valor de referência) para o SERVIÇO, observando-se como critério de aceitabilidade de preço unitário máximo o VALOR UNITÁRIO DO TURNO indicado para cada turno das Eleições 2024 (indicado na Tabela 1).

8.4.2.1 Não serão aceitas propostas/lances finais com **VALOR TOTAL DO SERVIÇO** superior ao estimado, bem como proposta/lance final com **VALOR(ES) UNITÁRIO(S) DO(S) TURNO(S)** superior(es) ao(s) estimado(s) pelo TRE/SE.

8.4.2.1.1 Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o **VALOR TOTAL DO ITEM** quanto os **VALORES UNITÁRIOS DOS TURNOS** previstos na contratação.

8.4.3 A análise da exequibilidade da proposta de preços será realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços preenchida pela licitante em relação à sua proposta/lance final.

8.4.3.1. As propostas que se enquadrarem em algum dos critérios abaixo, deverão ter sua exequibilidade comprovada (IN SEGES /ME 73/2022, art. 34):

8.4.3.1.1 propostas que apresentem **VALOR TOTAL DO SERVIÇO** abaixo de 50% do valor estimado pelo TRE/SE; e/ou

8.4.3.1.2 proposta em que o(s) **VALOR(ES) UNITÁRIO(S) DO(S) TURNO(S)** contenha(m) valor(es) abaixo de 50% do(s) estabelecido(s) pelo TRE/SE.

8.5 REQUISITOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

8.5.1 **Habilitação jurídica** ([art. 66](#), da Lei 14.133/2021).

8.5.1.1 As exigências de habilitação jurídica são as usuais relativas à generalidade do(s) objeto(s), conforme disciplinado no Ato Convocatório.

8.5.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista (art. 68, da Lei 14.133/2021).

8.5.2.1 As exigências de habilitações fiscal, social e trabalhista são as usuais relativas à generalidade do(s) objeto(s), conforme disciplinado no Ato Convocatório.

8.5.3 Qualificação econômico-financeira (art. 69, da Lei 14.133/2021).

8.5.3.1 Para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira a licitante deverá apresentar:

8.5.3.1.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante (Lei 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

8.5.3.1.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (art. 69, § 4º, da Lei 14.133/2023).

8.5.3.1.2.1 O Balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social devem ser apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.5.3.1.2.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, § 1º, da Lei 14.133/2023).

8.5.3.2 O Ato Convocatório contempla maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à comprovação das exigências de qualificação econômico-financeira previstas neste tópico.

8.5.4 Qualificação técnico-operacional (art. 67, da Lei 14.133/2021).

8.5.4.1 Para comprovação de que a licitante possui capacitação técnica e experiência na execução de serviços correlatos aos do objeto deste Termo de Referência, a empresa deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado ou declaração de capacidade técnica.

8.5.4.2 Para atender as características e prazos exigidos, e de modo a cumprir os requisitos mínimos de capacidade técnica, a licitante deverá comprovar que executa ou executou contrato(s) envolvendo PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM, conforme requisitos mínimos indicados a seguir.

8.5.4.2.1 SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO/FILMAGEM COM A UTILIZAÇÃO CONCOMITANTE DE 10 (DEZ) CÂMERAS, DURANTE O PERÍODO MÍNIMO DE 01 (UMA) HORA, DE FORMA ININTERRUPTA.

8.5.4.3 Para fins de comprovação do quantitativo mínimo do serviço, será admitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante (neste caso, os eventos filmados/gravados devem possuir datas e horários idênticos), pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.5.4.4 NÃO será aceito o somatório de atestados para comprovar o período de 01 (uma) hora de gravação/filmagem, pois é obrigatória a comprovação de que a filmagem/gravação seja ininterrupta.

8.5.4.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.5.4.6 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.5.4.7 As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG 5/2017.

8.5.4.7.1 Nesse procedimento, poderão ser exigidos todos os insumos (contratos, ajustes, ordens de serviço, ordens de pagamento, notas fiscais, termos de aceite, planilhas, relatórios, gráficos, documentação de sistemas e ambiente operacional, sistemas informatizados, base de dados, controle de versão e outros) que comprovem a veracidade do conteúdo dos atestados.

8.5.4.8 O Ato Convocatório contempla detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à comprovação das exigências de qualificação técnica previstas neste tópico.

8.5.5 Outras exigências da fase de habilitação.

8.5.5.1 **O Ato Convocatório indicará demais condições/requisitos previstos na legislação vigente aplicáveis a generalidade dos objetos contratados e que estão sujeitos à comprovação na fase de habilitação, a exemplo do disposto no art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021.**

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor de referência da contratação consta do demonstrativo **Valor Estimado da Licitação/Mapa Comparativo**, disponível em <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2024/pregoes-2024-1> (pesquisar por número da licitação) e http://www.comprasnet.gov.br/consulalicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2024, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constarão do Termo de Contrato e da respectiva Nota de Empenho:

PROGRAMA DE TRABALHO	02.061.0033.4269.0001 – Pleitos Eleitorais
----------------------	--------------------------------------------

GRUPO NATUREZA DE DESPESA (GND)	Outras Despesas Correntes
ELEMENTO DE DESPESA	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
PLANO INTERNO (PI)	SEG AUDIT1 (1.º TURNO); SEG AUDIT2 (2.º TURNO)
SUBELEMENTO DESPESA ORÇAMENTÁRIA	33903959 - Serviços de Áudio, Vídeo e Foto

Tabela 8 - Detalhamento dos recursos orçamentários e classificação da despesa

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Integram este Termo de Referência os seguintes artefatos:

11.1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS – ETS;

11.1.2 LAYOUT DO AMBIENTE DA LOCALIDADE (docs. 1522237 e 1522240);

11.1.3 MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (doc. 1548034);

11.2 Aplicam-se à execução desta Contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico *COMPRAS.GOV.BR* (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), a Lei 14.133/2021, a Lei 13.709/2018, a Lei Complementar 123/2006, os Decretos 8.538/2015, 9.507/2018 e 11.246/2022, o Decreto-Lei 2.848/1940, a Resolução CNJ 347/2020, a Resolução TSE 23.702/2022, a Resolução TRE/SE 120/2015, as INs SEGES/ME 73/2022, SEGES/MPDG nº 5/2017 e SLTI/MP 01/2010 e demais normas referidas neste Instrumento.

12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1 O Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação indicada no item 1.5 da Tabela I deste Instrumento.

12.2 Na elaboração deste Instrumento, os integrantes demandante (*Roberta Feitosa Barreto de Castro*), técnico (*Fernando de Souza Lima*) e administrativo (*Walkeline Fraga Dias*) atuaram em estrita conformidade com as competências/atribuições de cada um, sendo responsáveis, respectivamente, pelos aspectos funcionais e técnicos da solução e aspectos administrativos da contratação.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de filmagem com produção do material gravado e veiculação (ao vivo) em canal do YouTube do TRE/SE, nas Eleições Municipais de 2024, conforme as condições estabelecidas neste instrumento.

1.2 A contratação deste serviço visa atender ao que preceitua o art. 63, § 2º, da Resolução TSE 23.673/2021, que determina que *a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas será filmada pela Justiça Eleitoral ou por empresa contratada para esse fim e transmitida ao vivo através da rede mundial de computadores, sendo veiculada, preferencialmente, no canal oficial de cada Tribunal Regional Eleitoral no YouTube.*

1.3 Resumidamente, os trabalhos de auditoria das urnas submetidas ao Teste de Integridade compreendem as seguintes etapas:

1.3.1 O art. 57 da Resolução TSE 23.673/2021, dispõe que entre as 7h e 12h do dia anterior às Eleições 2024, no 1º e no 2º turno (se houver), ocorrerá o sorteio/escolha das seções eleitorais cujas urnas serão auditadas.

1.3.2 Considerando os critérios estabelecidos no art. 59 da referida Resolução, o processo de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, no âmbito do estado de Sergipe, deve adotar os seguintes parâmetros:

a) No primeiro turno - 19 (dezenove) urnas eletrônicas serão submetidas ao Teste de Integridade SEM biometria e 01 (uma) urna será submetida ao Teste de Integridade COM biometria que será instalada em local de votação do município de Aracaju/SE; e

b) No segundo turno (se houver) - 05 (cinco) urnas eletrônicas serão submetidas ao Teste de Integridade SEM biometria e 01 (uma) urna será submetida ao Teste de Integridade COM biometria que será instalada em local de votação do município de Aracaju/SE.

1.3.3 Para cada urna eletrônica sorteada/escolhida para o Teste de Integridade serão digitados os votos previamente registrados em cédulas preenchidas pelos partidos ou membros de alguma entidade representativa da sociedade e guardadas em urnas de lona lacradas até a data do Pleito, conforme previsto no art. 63, da Resolução TSE 23.673/2021. O número de cédulas de votação, por seção eleitoral escolhida ou sorteada, corresponderá, aleatoriamente, a um número entre 75% (setenta e cinco por cento) e 82% (oitenta e dois por cento) do número de eleitoras e eleitores registrados na respectiva seção eleitoral.

1.3.4 No dia do Pleito, no horário destinado à votação, cada cédula será retirada, uma a uma, da urna de lona e os votos ali registrados serão digitados integralmente no Sistema de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas, e, em seguida, os votos constantes deste relatório serão digitados na Urna Eletrônica (UE), conforme estabelecido na Resolução TSE 23.673/2021.

1.3.5 Tal procedimento de digitação de cada urna eletrônica é filmado, devendo ocorrer ainda a disponibilização simultânea da imagem em aparelhos de televisão.

1.3.6. Ao final dos trabalhos, às 17 horas, serão confrontados o total de votos atribuídos a cada candidato constante do Boletim de Urna (BU) impresso por cada urna eletrônica, com os votos totalizados através do Sistema de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas.

1.3.7 Além da filmagem do processo acima descrito também deverá ocorrer a filmagem do ambiente de votação e transmissão ao vivo pelo canal oficial do TRE/SE no YouTube, conforme art. 64 da Resolução TSE 23.673/2021.

1.3.7.1 Frise-se que a filmagem de que trata este item compreende dois ambientes instalados em locais diferentes, sendo que um deles será instalado em local de votação e será destinado ao Teste de Integridade COM biometria.

1.4 Registre-se que prevalecerão as especificações do objeto discriminadas neste instrumento, caso haja divergência entre elas e as informadas no sistema eletrônico e outros artefatos da contratação.

2. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços serão executados no município de Aracaju/SE, nos seguintes locais:

Identificação	Endereços	Teste de Integridade
Localidade 1	Salão de festas do late Clube de Aracaju , localizado na avenida Governador Paulo Barreto de Menezes, 225 – Bairro: 13 de Julho – Aracaju-SE – CEP.: 49020-010.	Sem biometria, contemplando 19 (dezenove) urnas eletrônicas.
Localidade 2	Sala do Centro de Excelência Atheneu Sergipense , localizado na Praça Gracho Cardoso, s/n – Bairro: São José – Aracaju-SE – CEP.: 49015-180.	Com biometria, contemplando 01 (uma) urna eletrônica.

Tabela 1 - Locais de prestação dos serviços

2.2 As localidades indicadas para a prestação de serviços poderão ser alteradas de acordo com as necessidades administrativas do TRE/SE.

2.2.1 Eventual mudança da localidade de prestação dos serviços não ensejará qualquer acréscimo ao valor do contrato, sendo a alteração registrada por simples apostila ao contrato a fim de que conste o novo endereço.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E QUANTIDADES

3.1 Os serviços e os quantitativos previstos para o atendimento de demandas do TRE/SE estão expostos na tabela a seguir:

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	PERÍODO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADES
1	AUDIOVISUAL CATSER 3778	Serviços de filmagem (áudio e vídeo) dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados nas Eleições de 2024, em 1º e 2º turnos (este, se houver) , contemplando a produção de material gravado e a veiculação da filmagem (ao vivo) no canal oficial do TRE/SE no YouTube, incluindo a instalação, configuração, operacionalização, suporte e garantia de toda infraestrutura tecnológica necessária à plena execução do objeto.	1º turno, em duas etapas: Implantação: dias 3 a 5/10/2024; e Implementação: dia 6/10/2024	Localidade 1: - Imagens captadas do ambiente do salão de festas do late Clube de Aracaju (824,20 m²); - Imagens captadas do processo de votação realizado em cada uma das 19 (dezenove) urnas eletrônicas submetidas ao Teste de Integridade sem biometria; Localidade 2: - Imagens captadas do ambiente de sala de aula do Centro de Excelência Atheneu Sergipense (metragem mínima de 40,25 m²); - Imagens captadas do processo de votação realizado em 1 (uma) urna eletrônica submetida ao Teste de Integridade com biometria;
			2º turno (se houver), em duas etapas: Implantação: dias 24 a 26/10/2024; e Implementação: dia 27/10/2024	Localidade 1: - Imagens captadas do ambiente do salão de festas do late Clube de Aracaju (824,20 m²); - Imagens captadas do processo de votação realizado em cada uma das 05 (cinco) urnas eletrônicas submetidas ao Teste de Integridade sem biometria; Localidade 2: - Imagens captadas do ambiente de sala de aula do Centro de Excelência Atheneu Sergipense (metragem mínima de 40,25 m²); - Imagens captadas do processo de votação realizado em 1 (uma) urna eletrônica submetida ao Teste de Integridade com biometria;

Tabela 2 - Identificação dos serviços

3.2 A licitação será realizada em **item único**.

3.2.1 A contratação será em um único ITEM, pois o parcelamento da solução não seria tecnicamente viável, sendo fundamental a adjudicação de um item único, como forma de manter a padronização visual e qualidade da filmagem, além de facilitar o acompanhamento e a fiscalização na execução do pacto, possibilita também a obtenção da economia de escala no preço final do serviço.

3.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências quanto às especificações do objeto.

3.4 Os serviços serão prestados em regime de empreitada por preço global.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de Negócio

4.1.1 Transparência do processo eletrônico de votação.

4.1.2 Ampla publicidade e possibilidade de acompanhamento de qualquer pessoa interessada na realização do Teste de Integridade das urnas eletrônicas.

4.1.3 Acompanhamento da sociedade do Teste de Integridade das urnas eletrônicas através do canal do TRE/SE no YouTube.

4.1.4 Possibilidade de rever, a qualquer tempo, o Teste de Integridade das urnas eletrônicas, tendo em vista que o Tribunal permanecerá com as gravações das filmagens.

4.2 Requisitos Legais

4.2.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à [Lei 14.133/2021](#) (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e a outras legislações aplicáveis, tais como:

4.2.1.1 [Lei 13.709/2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados.

4.2.1.2 [Resolução TSE 23.673/2021](#) - Dispõe sobre os procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação.

4.2.1.3 [Resolução CNJ 347/2020](#) - Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.

4.2.1.4 [Resolução TSE 23.702/2022](#) - Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.

4.3 Requisitos de Manutenção

4.3.1 A(O) CONTRATADA(O) deve dispor de equipamentos com padrões mínimos de qualidade para a captura de imagem e de áudio durante todo o período de realização do Teste de Integridade das urnas eletrônicas.

4.3.2 A(O) CONTRATADA(O) deverá adotar procedimentos para a substituição rápida de equipamentos com defeito durante o período de execução dos serviços, de modo a minimizar interrupções no processo.

4.4 Requisitos Temporais

4.4.1 Os serviços serão executados no dia 06 de outubro de 2024 (1º turno das eleições), e, se necessário, no dia 27 de outubro de 2024, que corresponde ao 2º turno das eleições, observados os itens **4.8** e **4.9** deste instrumento.

4.4.2 A prestação dos serviços deverá ser realizada, ininterruptamente, no dia de eleição, desde a abertura dos trabalhos, às 7 horas, até o encerramento, previsto para as 20 horas, no 1º Turno e 2º Turno (se houver), podendo se estender caso necessário.

4.4.3 A equipe da(o) CONTRATADA(O) deverá chegar ao local de prestação dos serviços até às 6h20 do dia do pleito.

4.4.4 A(O) CONTRATADA(O) deve estar atenta(o) aos demais prazos estabelecidos nos instrumentos da contratação.

4.4.5 Caso ocorra alteração do horário por determinação legal ou por imposição de circunstâncias supervenientes, os horários da prestação de serviço deverão ser adequados para atender à nova situação.

4.5 Requisitos de Segurança e de Privacidade

4.5.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá manter sigilo acerca de informações do ambiente do CONTRATANTE que eventualmente venha a ter acesso em decorrência da execução da contratação, sob pena de responsabilidade cível, penal e administrativa:

a) Sobre todas as informações relativas à prestação dos serviços, incluindo documentação, procedimentos, configurações de equipamentos, softwares, políticas e quaisquer informações obtidas pela(o) CONTRATADA(O) em função da prestação dos serviços;

b) Sobre a política de segurança adotada pelo CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

c) Sobre o processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos;

d) Sobre o processo de implementação, no ambiente do CONTRATANTE, dos mecanismos de criptografia e de autenticação.

4.5.2 A(O) CONTRATADA(O) não poderá efetuar, sob qualquer pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade que lhe compete para outras entidades, sejam fabricantes, técnica(o)s, subempreiteira(o)s etc, sem a anuência expressa do CONTRATANTE.

4.5.3 A(O) CONTRATADA(O) deverá, ainda, submeter sua(eu)s profissionais aos regulamentos de segurança e disciplina instituídos pelo CONTRATANTE.

4.6 Requisitos ambientais

4.6.1 Utilização, preferencial, de práticas sustentáveis durante a produção, como o uso de equipamentos de baixo consumo energético, redução de resíduos, e preferência por locações que minimizem o impacto ambiental.

4.7 Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.7.1 A(O) CONTRATADA(O) é responsável por indicar os tipos e quantidades de equipamentos e tecnologias necessários para a prestação dos serviços, garantindo que estejam atualizados e adequados para o projeto e que estejam em conformidade com os **requisitos e quantidades mínimas** definidos pelo CONTRATANTE.

4.7.1.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá disponibilizar equipamentos para a prestação dos serviços que atendam, no mínimo, as seguintes especificações e condições:

EQUIPAMENTOS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES	
		1º TURNO	2º TURNO
a) CÂMERAS, FILMADORAS OU OUTRO SIMILAR PARA FILMAGEM DAS URNAS ELETRÔNICAS	<p>a.1) Serão utilizados exclusivamente para captura das imagens das urnas eletrônicas submetidas ao Teste de Integridade.</p> <p>a.2) Deverão ser instalados com suporte portátil de forma a garantir a estabilidade e a qualidade visual na filmagem.</p> <p>a.3) As imagens devem ser contínuas, nítidas, possuírem cores vivas e estabilidade de imagem e de áudio.</p> <p>a.4) Os equipamentos devem ser digitais, com resolução HD ou superior, equipadas com, no mínimo, dois cartões de armazenamento e uma saída que permita a conexão com, pelo menos, um HD externo.</p> <p>a.4.1) É necessário que o equipamento grave simultaneamente nos cartões de memória e em um dispositivo externo. Esta prática garante que as imagens sejam armazenadas em duas fontes distintas.</p> <p>a.4.2) Esses recursos devem possuir capacidade suficiente para assegurar a continuidade ininterrupta das gravações, bem como a segurança dos dados armazenados.</p> <p>a.4.3) A troca dos cartões de memória deve ser automatizada, ou seja, ao esgotar-se a capacidade de armazenamento do primeiro cartão, o sistema deve automaticamente prosseguir a gravação no segundo cartão, possibilitando a substituição do cartão cheio por um novo sem interromper o processo de gravação.</p> <p>a.5) Deve possuir, no mínimo, qualidade HD (1.280 x 720 pixels).</p> <p>a.6) Os dados devem ser gravados localmente em formato H264 ou MP4 ou MKV e fazer uso de estratégia de segurança de backup.</p> <p>a.7) Não serão aceitos congelamentos ou cortes de vídeo.</p>	<p>Localidade 1: 19 (dezenove)</p> <p>Localidade 2: 01 (um)</p>	<p>Localidade 1: 05 (cinco)</p> <p>Localidade 2: 01 (um)</p>
b) CÂMERAS, FILMADORAS OU OUTRO SIMILAR PARA FILMAGEM DO AMBIENTE	<p>b.1) Serão utilizados exclusivamente para captura das imagens do ambiente das urnas submetidas ao Teste de Integridade.</p> <p>b.2) Deverão ser instalados com suporte portátil de forma a garantir a estabilidade e a qualidade visual na filmagem.</p> <p>b.3) As imagens devem ser contínuas, nítidas, possuírem cores vivas e estabilidade de imagem e de áudio.</p> <p>b.4) Devem ser posicionados estrategicamente no ambiente de modo a garantir a ausência de pontos cegos na filmagem.</p> <p>b.4.1) As imagens dos ambientes devem adotar o padrão de vídeo disponível no canal do YouTube do TRE/SE, no link https://www.youtube.com/watch?v=W1HljavG7SA.</p> <p>b.5) Serão destinados para reprodução em tempo real das atividades dos ambientes no canal do YouTube do TRE/SE.</p> <p>b.5.1) Para efetuar o envio das imagens gravadas em tempo real para o canal do TRE/SE no YouTube é necessário interligar esses dispositivos a microcomputadores, computadores ou notebooks.</p> <p>b.6) Estes deverão ser interligados a</p>	<p>Localidade 1: 04 (quatro)</p> <p>Localidade 2: 01 (um)</p>	<p>Localidade 1: 04 (quatro)</p> <p>Localidade 2: 01 (um)</p>

	<p>microcomputadores, computadores ou notebooks para efetuar o envio das imagens gravadas em tempo real para o canal do TRE/SE no YouTube.</p> <p>b.7) Como alternativa para a Localidade 1 será aceita a utilização de um único ponto de captura, desde que esse ponto permita visualizar toda a área utilizada para realização das atividades do ambiente.</p> <p>b.8) As imagens extraídas dos dispositivos de filmagens dos ambientes deverão ser transformados em um único fluxo de dados (streaming) e cada ponto de origem ocupará uma área delimitada da tela formando um painel em grade tipo 2 X 2, proporcional ao número de dispositivos utilizados.</p> <p>b.9) Deve possuir, no mínimo, qualidade HD (1.280 x 720 pixels).</p> <p>b.10) Não serão aceitos congelamentos ou cortes de vídeo.</p>		
<p>c) TV'S OU MONITORES LED</p> <p>(no mínimo 23,8" e máximo de 55")</p>	<p>c.1) Serão utilizados exclusivamente para transmissão das imagens das urnas submetidas ao Teste de Integridade.</p> <p>c.2) Os equipamentos devem ser instalados com suporte portátil, garantindo que as imagens sejam visualizadas.</p>	<p>Localidade 1: 19 (dezenove)</p> <p>Localidade 2: 01 (um)</p>	<p>Localidade 1: 05 (cinco)</p> <p>Localidade 2: 01 (um)</p>
<p>d) MICROFONES TIPO HEADSET OU LAPELA OU OUTRO SIMILAR</p>	<p>d.1) Deverão possuir qualidade para não gerar microfonia ou captura de áudio embaralhado ou muito baixo ou com ruídos.</p> <p>d.2) Deverão ser dimensionados de acordo com as boas práticas de captura e geração de áudio, sempre observando os aspectos de sensibilidade e captação de sons requeridos.</p> <p>d.3) Não será aceito como similar o microfone embutido na câmera.</p> <p>d.4) Não serão aceitos congelamentos ou cortes de áudio bem como voz metalizada ou embaralhada ou muito baixa ou com ruídos.</p>	<p>Localidade 1: 19 (dezenove)</p> <p>Localidade 2: 01 (um)</p>	<p>Localidade 1: 05 (cinco)</p> <p>Localidade 2: 01 (um)</p>
<p>e) SWITCH</p> <p>(Dispositivo de rede usado para conectar vários dispositivos em uma rede local (LAN - Local Area Network))</p>	<p>e.1) Deverá possuir portas de 100 Mbps Ethernet ou superior (LAN) suficientes para conexão dos dispositivos utilizados para filmagem e para geração do fluxo de dados.</p> <p>e.2) Deverá ser utilizado para interconectar todos os equipamentos tecnológicos da rede local dedicada e implementada pela(o) CONTRATADA(O).</p>	<p>Localidade 1: A ser definido pela(o) CONTRATADA(O)</p> <p>Localidade 2: A ser definido pela(o) CONTRATADA(O)</p>	<p>Localidade 1: A ser definido pela(o) CONTRATADA(O)</p> <p>Localidade 2: A ser definido pela(o) CONTRATADA(O)</p>
<p>f) ROTEADOR OU EQUIPAMENTO SIMILAR</p> <p>(dispositivo de rede que encaminha pacotes de dados entre redes de computadores)</p>	<p>f.1) Deverá possuir, pelo menos, 03 (três) portas de 100 Mbps Ethernet ou superior (duas LAN tipo UTP e uma WAN).</p> <p>f.2) A finalidade do equipamento é para acesso à internet e poderá ser fornecido pelas operadoras de Telecom.</p>	<p>Localidade 1: A ser definido pela(o) CONTRATADA(O)</p> <p>Localidade 2: A ser definido pela(o) CONTRATADA(O)</p>	<p>Localidade 1: A ser definido pela(o) CONTRATADA(O)</p> <p>Localidade 2: A ser definido pela(o) CONTRATADA(O)</p>
<p>g) ENLACE (LINK) DE ACESSO A INTERNET.</p>	<p>g.1) Deve possuir uma largura de banda de pelo menos 50Mbps tanto para o upload quanto para o download.</p> <p>g.2) Será utilizado exclusivamente para a reprodução em tempo real da filmagem no canal do YouTube do Tribunal, bem como para o acesso dedicado aos sistemas da Contratante.</p> <p>g.2.1) O acesso aos sistemas será realizado por meio de computadores ou dispositivos semelhantes pertencentes ao Tribunal.</p> <p>g.3) Não deve sofrer qualquer tipo de bloqueio de dados (da rede interna para internet), sobretudo para os protocolo: IPSec</p>	<p>Localidade 1: A ser definido pela(o) CONTRATADA(O)</p> <p>Localidade 2: A ser definido pela(o) CONTRATADA(O)</p>	<p>Localidade 1: A ser definido pela(o) CONTRATADA(O)</p> <p>Localidade 2: A ser definido pela(o) CONTRATADA(O)</p>

	e HTTPS. g.4) A infraestrutura de acesso à internet deve fazer uso de enlace em fibra ótica, ou seja, não serão aceitos enlaces em par metálico ou com uso de tecnologia de rede sem fio (da rede da operadora até o roteador instalado no local de prestação do serviço).		
h) RESERVA TÉCNICA	A(O) CONTRATADA(O) deve manter conjuntos reserva de equipamentos e acessórios que garantam a continuidade da filmagem em caso de falha ou pane dos dispositivos e softwares utilizados	Localidade 1: no mínimo, 2 (dois) conjuntos reserva Localidade 2: no mínimo, 01 (um) conjunto reserva	Localidade 1: no mínimo, 2 (dois) conjuntos reserva Localidade 2: no mínimo, 01 (um) conjunto reserva

Tabela 3 - Requisitos de arquitetura tecnológica

4.7.2 As câmeras devem ser totalmente compatíveis entre si e também com o conjunto de hardware e software necessários.

4.7.3 Os computadores ou dispositivos semelhantes utilizados pela(o) CONTRATADA(O) devem possuir sistema operacional Windows 10 ou superior, antivírus licenciado e firewall ativo, com capacidade de MEMÓRIA RAM, PROCESSADOR e ESPAÇO EM DISCO suficientes e adequadas para a plena execução do objeto.

4.7.3.1 Não será aceito antivírus com licenciamento livre (tipo software livre) ou licenciamento tipo gratuito.

4.7.4 Os periféricos de armazenamento (HD's externos ou internos) devem ser dimensionados em quantidade suficiente para garantir a continuidade da gravação sem interrupção do procedimento e a segurança do backup.

4.7.5 Os SWITCHES e ROTEADORES devem possuir capacidades de MEMÓRIA RAM, PROCESSADOR e VELOCIDADE DE REDE suficientes e adequadas para a plena execução do objeto.

4.7.6 Alternativamente ao fornecimento de dispositivos de rede usado para conectar vários dispositivos em uma rede local (SWITCHS) e de dispositivos de rede que encaminham pacotes de dados entre redes de computadores (ROTEADORES) em separado, a(o) CONTRATADA(O) poderá disponibilizar um equipamento com as duas funcionalidades.

4.7.7 Os softwares necessários para a prestação dos serviços devem ser licenciados para uso da(o) CONTRATADA(O) ou com licenciamento livre e em conformidade com a prestação do serviço requerido.

4.7.8 A(O) CONTRATADA(O) deverá prover um SISTEMA ADEQUADO DE ILUMINAÇÃO de filmagem tipo LED, para garantir a qualidade e nitidez das imagens (tanto das urnas eletrônicas, individualmente, quanto do ambiente).

4.7.9 A(O) CONTRATADA(O) deverá apresentar relação dos equipamentos, materiais e links disponíveis para a realização do objeto da contratação, no prazo de 05 (cinco) dias contados da solicitação da(o) Gestora/Gestor do Contrato.

4.7.9.1 A relação de que trata este item deverá indicar, no que couber, a especificação, modelo/marca ou fornecedor.

4.7.10 Para a perfeita execução dos serviços, o TRE/SE disponibilizará os seguintes materiais/equipamentos:

MATERIAIS/ EQUIPAMENTOS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES	
		1º TURNO	2º TURNO
Tomadas	Tomadas de 10A/127V, no padrão brasileiro (NBR 14136)	a) 02 (duas) no local de instalação de cada dispositivo, sendo uma para cada dispositivo de captura e outra para cada dispositivo de iluminação de filmagem. b) 01 (uma) no local de instalação de cada TV ou Monitor. c) 01 (uma) para instalação do nobreak que suportará os equipamentos para acesso à internet e reprodução da filmagem em tempo real no canal do YouTube do Tribunal.	
Nobreaks	Nobreaks para operação em rede elétrica de 110V (entrada e saída), cada um com capacidade de 1,2 KVA e 4 (quatro) tomadas de saída individual limitada a 10A	Localidade 1: 20 (vinte) Localidade 2: 02 (dois)	Localidade 1: 06 (seis) Localidade 2: 02 (dois)

Tabela 4 - Materiais disponibilizados pelo TRE/SE

4.7.10.1 A utilização dos nobreaks pela CONTRATADA(O) será permitida, desde que seja respeitada a capacidade desses equipamentos com o uso compartilhado do CONTRATANTE. Essa capacidade abrange tanto a potência máxima que o nobreak pode fornecer quanto a quantidade de tomadas disponíveis.

4.8 Requisitos de Implantação

4.8.1 A etapa de implantação seguirá o seguinte cronograma:

1º TURNO	
Dia	Descrição das atividades
03 de outubro de 2024 (quinta-feira)	Destinado a execução dos procedimentos de instalação, configuração e testes da solução contratada.
04 de outubro de 2024 (sexta-feira)	Destinado a realização de simulação das atividades que serão realizadas no dia do pleito, conforme orientação do TRE/SE.
05 de outubro de 2024 (sábado)	Destinado para ajustes finais, caso necessário, e da solução de possíveis problemas técnicos e/ou operacionais não resolvidos no dia anterior.
2º TURNO, se houver	
24 de outubro de 2024 (quinta-feira)	Destinado a execução dos procedimentos de instalação, configuração e testes da solução contratada.
25 de outubro de 2024 (sexta-feira)	Destinado a realização de simulação das atividades que serão realizadas no dia do pleito, conforme orientação do TRE/SE.
26 de outubro de 2024 (sábado)	Destinado para ajustes finais, caso necessário, e da solução de possíveis problemas técnicos e/ou operacionais não resolvidos no dia anterior.

Tabela 5 - Descrição da etapa de implantação

4.8.1.1 As datas definidas para execução dos serviços poderão sofrer alterações, as quais serão informadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência do novo momento para o início das atividades.

4.8.2 A(O) CONTRATADA(O) é responsável pela instalação, configuração e testes dos recursos tecnológicos necessários à plena execução da contratação.

4.8.3 A organização do ambiente deverá observar o *layout* integrante deste Instrumento para cada localidade e as recomendações abaixo:

- Os equipamentos de filmagem devem estar a uma distância de 1 a 4 metros entre eles;
- Para cada urna será destinado um equipamento de filmagem e uma TV exclusivamente para reprodução das atividades de votação da respectiva urna;
- A instalação dos demais equipamentos ficará a critério da(o) CONTRATADA(O), sob a orientação do CONTRATANTE.

4.9 Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1 A etapa de implementação seguirá o seguinte cronograma:

1º TURNO	
Dia	Descrição das atividades
06 de outubro de 2024 (domingo)	Destinado a operacionalização e execução dos procedimentos da solução contratada. Desmobilização da infraestrutura instalada na Localidade 2, após a conclusão dos trabalhos de Teste de Integridade.
07 de outubro de 2024 (segunda-feira)	Destinado aos procedimentos de desmobilização de toda infraestrutura utilizada na Localidade 1 (liberação do ambiente).
2º TURNO, se houver	
27 de outubro de 2024 (domingo)	Destinado a operacionalização e execução dos procedimentos da solução contratada. Desmobilização da infraestrutura instalada na Localidade 2, após a conclusão dos trabalhos de Teste de Integridade.
28 de outubro de 2024 (segunda-feira)	Destinado aos procedimentos de desmobilização de toda infraestrutura utilizada na Localidade 1 (liberação do ambiente).

Tabela 6 - Descrição da etapa de implementação

4.9.2 A(O) CONTRATADA(O) é responsável pela operacionalização, execução e desmobilização de todos os recursos tecnológicos necessários à plena execução da contratação.

4.9.3 A desmobilização da Localidade 1 poderá ocorrer após o término dos trabalhos, caso autorizado pelo CONTRATANTE.

4.9.4 As datas definidas para execução dos serviços poderão sofrer alterações, as quais serão informadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência do novo momento para o início das atividades.

4.10 Requisitos de Garantia e Suporte

4.10.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá garantir que os serviços nos dias de pleito ocorram de forma ininterrupta, desde a abertura dos trabalhos, a partir de 7 horas.

4.10.2 Os serviços de suporte e manutenção da solução contratada é de inteira responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) e devem ser prestados no dia do pleito, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

4.10.2.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá prestar suporte técnico durante todo o dia, levando em consideração a utilização de 02 (dois) ambientes distintos e a quantidade de equipamentos instalados em cada ambiente

4.10.3 A requisição dos serviços ocorrerá diretamente pelos integrantes da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica aos profissionais da equipe da(o) CONTRATADA(O).

4.10.4 A(O) CONTRATADA(O) deve manter conjuntos reserva de equipamentos e acessórios que garantam a continuidade da filmagem em caso de falha ou pane dos dispositivos e softwares utilizados (RESERVA TÉCNICA).

4.10.5 Os serviços de suporte e manutenção serão avaliados pela equipe de fiscalização e eventuais desconformidades poderão ensejar aplicação de penalidades previstas na Lei 14.133/2021, inclusive a não resolução das ocorrências nos prazos estabelecidos.

4.11 Requisitos da Equipe da(o) CONTRATADA(O)

4.11.1 Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados na solução contratada, bem como com todos os recursos materiais/ferramentas necessários para a prestação dos serviços.

4.11.2 Cabe à(ao) CONTRATADA(O) a responsabilidade pela alocação de profissionais que atendam a esse requisito.

4.11.3 A(O) CONTRATADA(O) deverá manter profissionais habilitados nas localidades de prestação dos serviços para operacionalizar os equipamentos, bem como para efetuar o suporte e todas as manutenções necessárias.

4.11.3.1 A quantidade de profissionais será dimensionada pela(o) CONTRATADA(O) de forma que garanta a adequada instalação dos equipamentos nos prazos estipulados, bem como o suporte/manutenção dos equipamentos e a continuidade da filmagem em caso de falha ou pane dos dispositivos e softwares utilizados.

4.11.3.1.1 No dia do pleito, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter equipe constituída por, no mínimo, quatro profissionais que deverão ser distribuídos nas Localidades 1 e 2, observando, no mínimo, um colaborador para cada local.

4.11.4 A(O) CONTRATADA(O) deverá apresentar relação da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, no prazo de 05 (cinco) dias contados da solicitação da(o) Gestora/Gestor do Contrato.

4.11.5 A(O) CONTRATADA(O) deverá cuidar para que os empregados se apresentem devidamente identificados por meio de crachá.

4.12 Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.12.1 Os serviços serão recebidos após a realização de cada turno da eleição, nos seguintes termos:

4.12.1.1 Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com o recebimento dos dispositivos de armazenamento das filmagens ao final dos trabalhos no dia pleito.

4.12.1.1.1 Os dispositivos de armazenamento (HD externos e cartões de memória dos equipamentos utilizados nas filmagens) deverão ser entregues à fiscalização/gestão do contrato, após o término dos trabalhos no dia do pleito.

4.12.1.1.2 Alternativamente, a(o) CONTRATADA(O) poderá fazer cópias dos conteúdos dos cartões de memória em outros dispositivos de armazenamento (HDs externos sobressalentes/reservas) e estes serão entregues à fiscalização/gestão do contrato. Nesta hipótese, a(o) CONTRATADA(O) se responsabilizará pela formatação dos cartões de memória utilizados nas filmagens, a fim de assegurar que as imagens originais não sejam utilizadas por entidades estranhas à Justiça Eleitoral, sob pena de responsabilidade cível, penal e administrativa.

4.12.1.2 Definitivamente, pela(o) Gestora/Gestor do Contrato, em até 15 (quinze) dias, a contar do dia do pleito, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.12.1.2.1 O recebimento definitivo será precedido da avaliação, pela fiscalização técnica, das gravações constantes dos dispositivos de armazenamento entregues pela(o) CONTRATADA(O), para verificação do atendimento aos requisitos estabelecidos neste instrumento.

4.13 Requisitos do procedimento de contratação

4.13.1 No procedimento de contratação serão observadas as seguintes regras:

REQUISITOS	REGRAS CORRESPONDENTES
Subcontratação (art. 122 da Lei 14.133/2021)	Admite-se a subcontratação do objeto, exclusivamente, para o fornecimento do ENLACE (LINK) DE ACESSO À INTERNET utilizado na prestação do serviço, pois as empresas do ramo do objeto não atuam como provedores de internet.
Consórcio (art. 15 da Lei 14.133/2021)	Não é admitida a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio. A vedação de empresas em consórcio não acarretará restrição à competitividade, haja vista a existência no mercado de diversas empresas prestadoras dos serviços a serem contratados, aptas a atender as exigências de habilitação previstas neste TR. Por outro lado, ao se permitir a reunião de empresas em consórcio, acrescentar-se-ia risco de prejuízo à competitividade, ao possibilitar que empresas plenamente

	aptas à execução do objeto se reúnam e deixem de concorrer entre si.
Cooperativas (art 16, Lei 14.133/2021)	Na presente contratação não haverá a participação de cooperativas, pois a execução dos serviços demanda subordinação de colaboradores a uma pessoa jurídica, que se responsabilizará pela disponibilização de todos os insumos (materiais, mão de obra e equipamentos) necessários à execução de todas as etapas dos serviços contratados.
Modalidade de licitação (art. 28, inciso I, c/c art. 29, da Lei 14.133/2021 ; art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021)	A contratação será realizada através de Pregão Eletrônico, em sua forma tradicional, ou por meio de Dispensa de Licitação, caso o valor estimado seja inferior ao limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. O procedimento reunirá os serviços prestados nos DOIS TURNOS DA ELEIÇÃO em ITEM ÚNICO, a fim de assegurar o não parcelamento de seu objeto. Assim, adotada esta modelagem para a contratação, o procedimento adotará como critério de julgamento o MENOR PREÇO DO ITEM.
Habilitação econômico-financeira (art. 69 da Lei 14.133/2021)	Por se tratar de contratação destinada ao processo eleitoral e classificada com o grau de prioridade ALTO, será exigida a comprovação da habilitação econômico-financeira, observando-se as seguintes regras já implementadas em outros certames do TRE/SE (a exemplo do PE 28/2023 e do PE 90008/2024): 1) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II); 2) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando: a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); b) Patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (art. 69, § 4º, da Lei 14.133/2023).
Qualificação técnico-operacional (art. 67 da Lei 14.133/2021)	Para fins de comprovação da qualificação técnica da licitante, deverá ser apresentado(s) 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a licitante executa/executou Contrato(s) cujo objeto inclui PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM, conforme requisitos mínimos indicados a seguir. - SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO/FILMAGEM COM A UTILIZAÇÃO CONCOMITANTE DE 10 (DEZ) CÂMERAS, DURANTE O PERÍODO MÍNIMO DE 01 (UMA) HORA, DE FORMA ININTERRUPTA. - Para fins de comprovação do quantitativo mínimo do serviço, será admitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante (neste caso, os eventos filmados/gravados devem possuir datas e horários idênticos), pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação. - NÃO será aceito o somatório de atestados para comprovar o período mínimo de 01 (uma) hora de gravação/filmagem, pois é obrigatória a comprovação de que a filmagem/gravação seja ininterrupta. Cabe esclarecer que as exigências visam selecionar empresa com comprovada experiência a fim de proporcionar ao Tribunal uma melhor contratação, afastando do certame empresas destituídas do aporte técnico/prático devido.
Prorrogação do contrato (art. 111 da Lei 14.133/2021)	Trata-se de contratação que prevê a conclusão de escopo predefinido, cujo prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
Garantia contratual (art. 96 da Lei 14.133/2021)	Não será exigida garantia contratual para esta contratação, pois o valor de referência (documento SEI 1538233) é inferior a 20 (vinte) vezes o indicado no artigo 95, § 2º da Lei 14.133/2021 (R\$ 11.981,20 (onze mil novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos)).
Política de Segurança da Informação e Privacidade	A(O) CONTRATADA(O) deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, que eventualmente venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos. Os profissionais da(o) CONTRATADA(O) devem manter sigilo absoluto sobre documentos elaborados e informações eventualmente obtidas dentro do TRE/SE. Será exigida a assinatura de TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE (Termos de Compromisso de Manutenção de Sigilo e de Ciência). O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo , contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pela(o) representante legal da(o) CONTRATADA(O), e Termo de Ciência , a ser assinado por toda(o)s o(a)s empregado(a)s da(o) CONTRATADA(O) diretamente envolvida(o)s na contratação, constam como anexos do Ato Convocatório.
Vistoria prévia (art. 63, §§ 2º, 3º e 4º da Lei 14.133/2021)	Não será possível a avaliação prévia do local de execução do serviço, pois os ambientes (Localidades 1 e 2) somente serão disponibilizados em datas próximas à execução do objeto. Para conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado disponibiliza-se as seguintes informações: a) layouts dos ambientes das localidades 1 e 2 (disponíveis em anexos, docs. 1522237 e 1522240); b) vídeo de Teste de Integridade referente às Eleições 2022, realizado na localidade 1 (disponível no canal do YouTube do TRE/SE, link https://www.youtube.com/watch?v=W1HljavG7SA).

Tabela 7 - Requisitos do procedimento de contratação

5. EXECUÇÃO DO CONTRATO

Preposto

5.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá indicar formalmente, no prazo de assinatura do contrato (5 - cinco - dias úteis), inclusive com o fornecimento de todas as informações necessárias para o seu acionamento direto, PREPOSTO para funcionar como elo administrativo com o CONTRATANTE.

Reunião inicial

5.2 A(O) CONTRATADA(O) será convocada pela(o) Gestora/Gestor do contrato para a reunião inicial, que deverá ser preferencialmente de forma presencial, com a participação de integrantes da equipe, demais intervenientes por ela(ele) identificados e por representantes da(o) CONTRATADA(O).

5.2.1 A pauta da reunião observará, pelos menos:

- Apresentação do preposto da(o) CONTRATADA(O);
- Entrega, por parte da(o) CONTRATADA(O), do Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência;
- Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do contrato.

Mecanismos formais de comunicação

5.3 Os instrumentos formais a serem utilizados durante a vigência contratual estão listados abaixo:

Documento	Função	Emissor	Destinatário	Periodicidade
Ofício	Informações diversas	Contratante/ Contratada(o)	Contratante/ Contratada(o)	Sempre que necessário
Mensagens de Whatsapp	Informações diversas	Contratante/ Contratada(o)	Contratante/ Contratada(o)	Sempre que necessário
E-mail	Informações diversas	Contratante/ Contratada(o)	Contratante/ Contratada(o)	Sempre que necessário
Ordem de serviço	Autorização para prestação de serviço	Contratante	Contratada(o)	Sempre que necessário
Termo de recebimento provisório	Recebimento provisório dos serviços	Contratante	Contratada(o)	A cada turno da eleição
Termo de recebimento definitivo	Recebimento definitivo dos serviços	Contratante	Contratada(o)	A cada turno da eleição
Ata de reunião	Informações diversas	Contratante/ Contratada(o)	Contratante/ Contratada(o)	Sempre que necessário
Termo de Encerramento do Contrato	Encerramento oficial do contrato	Contratante	Contratada(o)	No final do contrato

Tabela 8 - Instrumentos de comunicação

Cronograma de execução

5.4 A contratação observará o seguinte cronograma de execução:

PRINCIPAIS EVENTOS	1º TURNO	2º TURNO	RESPONSÁVEL
Reunião inicial	até 15 dias após a assinatura do Contrato	-	CONTRATANTE CONTRATADA(O)
Reunião de alinhamento	até 04/09/2024	até 16/10/2024	CONTRATANTE CONTRATADA(O)
Execução dos procedimentos de instalação, configuração e testes da solução contratada.	03/10/2024 (quinta-feira)	24/10/2024 (quinta-feira)	CONTRATADA(O)
Realização de simulação das atividades que serão realizadas no dia do pleito, conforme orientação do TRE/SE.	04/10/2024 (sexta-feira)	25/10/2024 (sexta-feira)	CONTRATADA(O)
Ajustes finais, caso necessário, e da solução de possíveis problemas técnicos e/ou operacionais não resolvidos no dia anterior.	05/10/2024 (sábado)	26/10/2024 (sábado)	CONTRATADA(O)

Operacionalização e execução dos procedimentos da solução contratada.	06/10/2024 (domingo)	27/10/2024 (domingo)	CONTRATADA(O)
Desmobilização da infraestrutura instalada na Localidade 2, após a conclusão dos trabalhos de Teste de Integridade.	06/10/2024 (domingo)	27/10/2024 (domingo)	CONTRATADA(O)
Entrega do material gravado	06/10/2024 (domingo)	27/10/2024 (domingo)	CONTRATADA(O)
Recebimento provisório	06/10/2024 (domingo)	27/10/2024 (domingo)	CONTRATANTE
Procedimentos de desmobilização de toda infraestrutura utilizada na Localidade 1 (liberação do ambiente).	até 07/10/2024 (segunda-feira)	até 28/10/2024 (segunda-feira)	CONTRATADA(O)
Recebimento definitivo	até 21/10/2024	até 11/11/2024	CONTRATANTE

Tabela 9 – Cronograma de contratação e execução dos serviços.

5.5 As datas definidas para execução dos serviços poderão sofrer alterações, as quais serão informadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência do novo momento para o início das atividades.

Responsabilidades da(o) CONTRATADA(O).

5.6 São obrigações da(o) CONTRATADA(O) decorrentes diretamente do objeto do contrato:

5.6.1 Empenhar-se para que os serviços contratados sejam realizados com esmero e perfeição, em conformidade com as disposições deste instrumento.

5.6.2 Prover iluminação auxiliar suficiente para garantir a qualidade da imagem que será gravada.

5.6.3 Fazer o cabeamento e a conexão dos equipamentos eletrônicos de gravação aos aparelhos de TV, de modo que os interessados possam acompanhar os procedimentos da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, de acordo com o "layout" fornecido pelo TRE/SE.

5.6.4 Substituir no prazo estabelecido pelo Gestora/Gestor do contrato, sem que haja descontinuidade da prestação dos serviços, quaisquer dos equipamentos/materiais que apresentem defeitos ou que não estejam de acordo com o especificado pelo CONTRATANTE.

5.6.4.1 No dia do pleito, a(o) CONTRATADA(O) deverá substituir o equipamento/material defeituoso/em desconformidade no prazo de até 01 (uma) hora.

5.6.5 Comunicar previamente a(ao) Fiscal/Gestora/Gestor do contrato qualquer fato que ocasione a necessidade de interrupção da filmagem para que o procedimento da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas não sofra solução de continuidade.

5.6.6 Entregar as mídias com as imagens gravadas em formato digital e em quantidades e qualidades compatíveis com as descritas neste instrumento.

5.6.7 Prestar, no dia do pleito, os esclarecimentos solicitados pela(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE no prazo de 01 (uma) hora, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

6. INFORMAÇÕES PARA O DIMENSIONAMENTO DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS

6.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

PERÍODO DE EXECUÇÃO	detalhado nas Tabelas 5 e 6
LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	detalhado na Tabela 1
EQUIPAMENTOS/MATERIAIS	indicados no Item <u>Requisitos de Arquitetura Tecnológica</u>
EQUIPE DE TRABALHO	indicada no Item <u>Requisitos da Equipe da(o) CONTRATADA(O)</u>

Tabela 10 – Fatores para o dimensionamento do custo do serviço.

7. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS – CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE

7.1.O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 5º da Lei 14.133/2021, à Lei 12.187/2009, ao art. 6º da Instrução Normativa 1/2010 da SLTI/MPOG e ao Decreto 7.746/2012.

7.2 Serão adotadas as seguintes práticas sustentáveis aplicadas nas contratações em geral:

7.2.1 É dever da(o) CONTRATADA(O) orientar periodicamente seus empregados na implementação de ações e hábitos visando a redução de consumo de energia elétrica e de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos no ambiente onde prestará o serviço, tais como:

a) Separar e entregar ao Contratante as pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio,

mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada, em face dos impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado desses, materiais, de conformidade com a Resolução CONAMA 257/1999;

b) Separar outros tipos de resíduos sólidos gerados nas atividades, acondicionando-os adequadamente e de forma diferenciada (reutilizáveis e recicláveis), para disponibilizá-los em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela CONTRATANTE;

c) Evitar o uso de copos descartáveis nas dependências do órgão ou entidade;

d) Destinar, de forma ambientalmente adequada, os materiais e os equipamentos que forem utilizados na prestação de serviços.

7.2.2 A(O) CONTRATADA(O) deve conduzir as ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental em relação a prevenção de adversidades as quais possam afetar meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e das pessoas envolvidas na prestação dos serviços.

7.2.3 A(O) CONTRATADA(O) deve priorizar, quando possível, o emprego de mão de obra, de materiais, de tecnologias e de matérias-primas de origem local, nos termos dos incisos II e IV do art. 4º do Decreto 7.746/2012.

7.2.4 A(O) CONTRATADA(O) deve obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com os ditames do Ministério do Trabalho e Previdência e com a legislação ambiental vigente.

7.2.5 A(O) CONTRATADA(O) deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

7.2.6 A(O) ADJUDICATÁRIA(O) ou CONTRATADA(O) deverá comprovar (como condição à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual) o atendimento às seguintes condições:

7.2.6.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.

7.2.6.1.1 O Cadastro de Empregadores previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4/2016 está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Previdência na rede mundial de computadores, conforme prevê o art. 225 da [Portaria MTP 671/2021](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf) (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf).

7.2.6.2. Não ter sido condenada(o), a(o) licitante vencedora(vencedor) ou sua(eu)s dirigentes, por infringir leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, do artigo 149 do Código Penal Brasileiro, do Decreto 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105.

7.2.6.2.1.A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da(o) CONTRATADA(O). A declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e neste instrumento.

8. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

8.1 Este artefato foi elaborado pelos integrantes demandante (*Roberta Feitosa Barreto de Castro*) e técnico (*Fernando de Souza Lima*) designados para integrarem a Equipe de Planejamento da Contratação e que assinam este documento.

ANEXO III

LAYOUT DOS AMBIENTES DAS LOCALIDADES 1 E 2

(Processo Administrativo SEI 0002528-24.2024.6.25.8000, docs. 1522237 e 1522240)

Disponível em <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2024/pregoes-2024-1> (pesquisar por número da licitação) e http://www.comprasnet.gov.br/consulतालicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO

(Processo Administrativo SEI 0002528-24.2024.6.25.8000, doc. 1548034)

Disponível em <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2024/pregoes-2024-1> (pesquisar por número da licitação) e http://www.comprasnet.gov.br/consulतालicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO V

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão da **NOTA DE EMPENHO N.º ou do CONTRATO N.º <nº da nota de empenho/contrato>**, conforme o caso, doravante denominado **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade do **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO, o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pelo CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

I - **INFORMAÇÃO**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

II - **INFORMAÇÃO SIGILOSA**: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

III - **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**: instrumento de formalização da contratação, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Será considerada como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada, ou não, nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pela(o)s sua(eu)s empregada(o)s, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venham a lhe ser confiadas durante e em razão das atuações de execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiras pessoas, estranhas ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiras pessoas, bem como a não permitir que qualquer empregada(o) envolvida(o) direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas **INFORMAÇÕES**, que se restringem estritamente ao cumprimento do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA compromete-se a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregada(o)s que atuarão direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com sua(eu)s empregada(o)s visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiras pessoas, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as **INFORMAÇÕES** deverão retornar imediatamente à(ao) proprietária(o), bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua(eu) controladora(controlador), sua(eu)s controlada(o)s, coligada(o)s, representantes, procuradora(e)s, sócia(o)s, acionistas e cotistas, por terceiras pessoas eventualmente consultada(o)s, sua(eu)s empregada(o)s, contratada(o)s e subcontratada(o)s, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros pessoas, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros pessoas;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

7 – PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na extinção do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização através de instrumento próprio;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou sua(eu)s filiada(o)s, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

9.1. O CONTRATANTE elege a Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO.

10 – ASSINATURAS

10.1. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/>	<hr/>
<Nome>	<Nome>
<Qualificação>	Matrícula: xxxxxxxx
TESTEMUNHAS	
<hr/>	<hr/>
<Nome>	<Nome>

<Qualificação>

<Qualificação>

ANEXO VI**TERMO DE CIÊNCIA****INTRODUÇÃO**

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal da(o)s empregada(o)s da(o) CONTRATADA(O) diretamente envolvida(o)s na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no TRE/SE.

No caso de substituição ou inclusão de empregada(o)s da(o) CONTRATADA(O), a(o) preposta(o) deverá entregar à(ao) Fiscal Administrativa(o) da Contratação os Termos de Ciência assinados pela(o)s nova(o)s empregada(o)s envolvida(o)s na execução do serviço contratado.

1 – IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO			
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA(O)	< Nome da(o) CONTRATADA(O)>	CNPJ	
PREPOSTA(O)			
GESTORA(GESTOR) DA CONTRATAÇÃO		MATRÍCULA	

2 – CIÊNCIA

2.1. Por este instrumento, a(o)s funcionária(o)s abaixo identificada(o)s declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes do CONTRATANTE.

FUNCIONÁRIA(O)S DA(O) CONTRATADA(O)		
Nome	Matrícula	Assinatura

ANEXO VII**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO			
IDENTIFICAÇÃO:			
CONTRATO / NOTA DE EMPENHO:		PREGÃO Nº:	
Nº DA NOTA FISCAL:			
OBJETO:			
CONTRATADA(O):			
Por este instrumento, atestamos que o objeto relacionado acima foi recebido nesta data e será avaliado quanto aos aspectos de qualidade e quantidade, de acordo com os critérios de aceitação previamente definidos pelo CONTRATANTE.			
DE ACORDO			
<<nome>> <<matrícula>>			

ANEXO VIII**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO			
IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO / NOTA DE EMPENHO:		PREGÃO Nº:	
Nº DA NOTA FISCAL:			
OBJETO:			
CONTRATADA(O):			
Por este instrumento, atestamos que o objeto relacionado acima está de acordo com o especificado no Termo de Referência, integrante do Processo SEI xxxxxx			
DE ACORDO			
<<nome>>			
<<matrícula>>			

ANEXO IX**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO nº ____/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E _____, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM COM PRODUÇÃO DO MATERIAL GRAVADO E VEICULAÇÃO (AO VIVO) EM CANAL DO YOUTUBE DO TRE/SE, NA AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024.

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representado pela(o) Exma(o). Senhora(Senhor) Presidente, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

CONTRATADA(O): _____, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida(o) na (endereço completo, com CEP), representada(o) por sua(eu) (cargo), Senhora(Senhor) (**NOME COMPLETO**), portadora(portador) da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições das Leis nº 14.133/2021 e 13.709/2018, dos Decretos nº 9.507/2018 e 11.246/2022, do Decreto-Lei 2.848/1940, da Resolução CNJ 347/2020, da Resolução TSE 23.702/2022, da Resolução TRE/SE 120/2015, das Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 5/2017, SEGES/ME 73/2022 e SLTI/MP 01/2010, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90016/2024**, processos SEI 0002528-24.2024.6.25.8000 e 0005266-82.2024.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM COM PRODUÇÃO DO MATERIAL GRAVADO E VEICULAÇÃO (AO VIVO) EM CANAL DO YOUTUBE DO TRE/SE, NA AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024**, conforme especificações definidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 90016/2024** e na **proposta da(o) CONTRATADA(O)**, os quais - independentemente de transcrição - vinculam este Instrumento Contratual.

1.2 Detalhamento:

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO DETALHADA		UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PERÍODO DE EXECUÇÃO	VALOR UNITÁRIO DO TURNO (R\$)	VALOR TOTAL DO SERVIÇO (R\$)
1	AUDIOVISUAL CATSER 3778	Serviços de filmagem (áudio e vídeo) dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento	Condições do 1º turno: - Imagens captadas de dois	Unidade (serviço)	01	1º turno, em duas etapas: Implantação: dias 3 a 5/10/2024; e	R\$	R\$

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PERÍODO DE EXECUÇÃO	VALOR UNITÁRIO DO TURNO (R\$)	VALOR TOTAL DO SERVIÇO (R\$)
		das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados nas Eleições de 2024, contemplando a produção de material gravado e a veiculação da filmagem (ao vivo) no canal oficial do TRE/SE no YouTube, incluindo a instalação, configuração, operacionalização, suporte e garantia de toda infraestrutura tecnológica necessária à plena execução do objeto.	ambientes instalados nos seguintes locais do município de Aracaju/SE: late Clube de Aracaju e sala do Centro de Excelência Atheneu Sergipense; - Imagens captadas do processo de votação realizado em cada uma das 20 (vinte) urnas eletrônicas submetidas ao Teste de Integridade		Implementação: dia 6/10/2024		
			Condições do 2º turno, se houver: - Imagens captadas de dois ambientes instalados nos seguintes locais do município de Aracaju/SE: late Clube de Aracaju e sala do Centro de Excelência Atheneu Sergipense; - Imagens captadas do processo de votação realizado em cada uma das 06 (seis) urnas eletrônicas submetidas ao Teste de Integridade		2º turno (se houver), em duas etapas: Implantação: dias 24 a 26/10/2024; e Implementação: dia 27/10/2024	R\$	

1.3 O escopo da contratação envolve a filmagem/gravação de todas as etapas do Teste de Integridade (previsto na [Resolução TSE 23.673/2021](#), Capítulo V), com transmissão ao vivo através do canal oficial do TRE/SE no YouTube, incluindo:

- Abertura dos trabalhos, até as 7 h do dia do pleito;
- Rotinas de votação;
- Encerramento dos trabalhos.

1.4 As especificações relativas à prestação dos serviços, rotinas, procedimentos, atividades, controles e condições de execução, como também bens e materiais que deverão ser eventualmente fornecidos e mantidos durante todo o período do contrato, constam dos Anexos II e III (Especificações Técnicas dos Serviços e Layout dos Ambientes das Localidades 1 e 2).

1.5 A CONTRATADA deverá observar as seguintes diretrizes gerais:

1.5.1 contratar, disponibilizar e gerir, de forma permanente e contínua, profissionais para compor a equipe de prestação de serviço à instituição;

1.5.2 garantir a prestação dos serviços nos locais e períodos indicados;

1.5.3 garantir a integral prestação dos serviços previstos na contratação, bem como disponibilizar informações/documentos para viabilizar a avaliação dos serviços prestados;

1.5.4 responsabilizar-se no sentido de cumprir integral, irrestrita e tempestivamente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais em relação à equipe de profissionais que prestem serviços à instituição, bem como as obrigações fiscais, comerciais e financeiras decorrentes da contratação;

1.5.5 executar todas as demais obrigações previstas na contratação;

1.5.6 proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de mão de obra para o quadro da empresa;

1.5.7 disponibilizar equipe técnica qualificada para a execução das atividades relativas à contratação;

1.5.8 indicar Preposto(a), a fim de garantir o cumprimento das atividades e das diretrizes e obrigações estabelecidas para sua realização;

1.5.9 administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

2.1 A vigência da contratação terá início na data de assinatura do Contrato e término em **31 de dezembro de 2024**.

2.2 O objeto desta contratação enquadra-se como **SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS** (contrato por escopo), nos termos previstos no art. 6º, inciso XVII, da Lei 14.133/2021, pois os serviços devem ser prestados em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

2.3 Não será necessária a promoção de transição contratual (transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO

3.1 Os serviços serão executados no dia 06 de outubro de 2024 (1º turno das eleições), e, se necessário, no dia 27 de outubro de 2024, que corresponde ao 2º turno das eleições, observados os itens **4.8** e **4.9** do Anexo Especificações Técnicas dos Serviço.

3.1.1 A prestação dos serviços deverá ser realizada, ininterruptamente, no dia de eleição, desde a abertura dos trabalhos, às 7 horas, até o encerramento, previsto para as 20 horas, no 1º Turno e 2º Turno (se houver), podendo se estender caso necessário.

3.1.2 A equipe da(o) CONTRATADA(O) deverá chegar ao local de prestação dos serviços até às 6h20 do dia do pleito.

3.1.3 A(O) CONTRATADA(O) deve estar atenta(o) aos demais prazos estabelecidos neste Instrumento e nos Anexos I e II (Termo de Referência e Especificações Técnicas dos Serviços).

3.1.4 Caso ocorra alteração do horário por determinação legal ou por imposição de circunstâncias supervenientes, os horários da prestação de serviço deverão ser adequados para atender à nova situação.

3.1.5 A(O) CONTRATADA(O) é responsável por indicar os tipos e quantidades de equipamentos e tecnologias necessários para a prestação dos serviços, garantindo que estejam atualizados e adequados para o projeto e que estejam em conformidade com os **requisitos e quantidades mínimas** definidos pelo CONTRATANTE.

3.2 A execução e a gestão do Contrato encontram-se disciplinadas nos itens **5** e **6** do **Termo de Referência** vinculado a este Instrumento, conforme disposto a seguir:

a) duração do contrato (item 5.2);

b) obrigações do TRE/SE e suas vedações (item 5.3);

c) obrigações da(o) ADJUDICATÁRIA(O)/ CONTRATADA(O) e suas vedações (item 5.4);

d) condições gerais da gestão (item 6.1);

e) fiscalização e acompanhamento da execução contratual (6.2).

3.3 Ressalta-se que **as comunicações** entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.3.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá informar e-mail e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp para recebimento de comunicações escritas relacionadas a este Instrumento.

3.3.2 As **comunicações de atos processuais** serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada a e-mail informado pela(o) CONTRATADA(O) e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

4.1 A fiscalização e a gestão da avença serão realizadas, respectivamente, por Equipe de Gestão da Contratação (EGC) e por servidora(servidor) designada(o) como GESTORA(GESTOR).

4.2 A tabela abaixo apresenta os papéis a serem desempenhados pelo CONTRATANTE e pela(o) CONTRATADA(O):

Id	Função	Responsável	Atribuições

1	Gestora(Gestor) do Contrato	Líder do Projeto Auditoria do Funcionamento das Urnas Eletrônicas (CAVE)	Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente aos setores devidos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros.
2	Fiscal Técnica(o)	Servidora(servidor) lotada(o) na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI)	Acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização do público usuário.
3	Fiscal Administrativa(o)	Servidora(servidor) lotada(o) na Seção de Contratos (SECON)	Acompanhamento dos aspectos administrativos da execução do serviço, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.
4	Preposta(o)	Funcionária(o) da(o) CONTRATADA(O)	a) Acompanhar a execução do Contrato; b) Atuar como interlocutora(interlocutor) principal junto ao CONTRATANTE; c) Receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

4.3 Os procedimentos de fiscalização e de acompanhamento da execução do Contrato estão previstos no item **6.2** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 O valor total deste Contrato é de **R\$ XXXXX,XX** (xxxxxxxx), a seguir discriminado:

5.1.1 Primeiro turno: **R\$ _____** (_____).

5.1.2 Segundo turno, se houver: **R\$ _____** (_____).

5.2 Nos valores informados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do serviço, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1 Os serviços objeto do contrato serão faturados/liquidados por turno de votação, ou seja, em não havendo 2º turno das eleições, a CONTRATADA só executará e será remunerada pelos trabalhos relativos ao 1º turno.

6.1.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, **até o dia 20 (vinte) do mês subsequente** ao da prestação do serviço, Nota Fiscal/Fatura do serviço, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e de pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária, no prazo estabelecido no artigo 31 da Lei 8.212/1991 (e alterações).

6.1.1.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço.

6.1.1.2 No caso de as Notas Fiscais/Faturas serem emitidas e entregues ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item **6.1.1**, será imputado à(ao) CONTRATADA(O) o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

6.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura quando o CONTRATANTE atestar a execução do objeto contratado, o que será providenciado pela EGC ou por outra(o) servidora(servidor) designada(o) para esse fim, **em até 2 (dois) dias úteis** contados de sua apresentação ao TRE/SE.

6.3 Recebida a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente), correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais. ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

6.3.1 O prazo de que trata o item **6.3** será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

6.4 O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.4.1 o prazo de validade.

6.4.2 a data da emissão.

6.4.3 os dados do contrato e do CONTRATANTE.

6.4.4 o período respectivo de execução do Contrato.

6.4.5 o valor a pagar; e

6.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a(o) CONTRATADA(O) providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será iniciado após comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.6 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.7 Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.7.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

6.7.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(o) CONTRATADA(O), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.8.1 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

6.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(o) CONTRATADA(O), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.10 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à(o) CONTRATADA(O) a ampla defesa.

6.11 Havendo a efetiva prestação do serviço, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do Contrato, caso a(o) CONTRATADA(O) não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.12 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **em até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

6.12.1 O prazo de que trata o item **6.12** será reduzido à metade nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

6.12.1.1 O prazo a que alude o item **6.12.1** poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.12.2 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal Eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) **sediada(o) fora do Município de Aracaju**, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

6.12.3 A(O) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

6.12.4 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela(o) CONTRATADA(O).

6.14 Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste instrumento, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

6.15 O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à(o) CONTRATADA(O), os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela(o) CONTRATADA(O), nos termos deste Instrumento.

6.16 No caso de atraso de pagamento, desde que a(o) CONTRATADA(O) não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.16.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, em que:

EM = Encargos moratórios devidos.

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

VP = Valor da prestação em atraso.

6.16.2 Salvo a atualização financeira prevista no item **6.16**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

6.17 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

6.18 Qualquer incorreção nas faturas/notas fiscais comunicada à(o) CONTRATADA(O) suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao CONTRATANTE encargos financeiros adicionais.

6.19 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

6.19.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430/1996 (e alterações).

6.19.2 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 A avença decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90016/2024** DISPENSA garantia de execução.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DE SUAS VEDAÇÕES

8.1 As obrigações das partes, bem como suas vedações, estão contempladas no Termo de Referência vinculado a este instrumento (itens **5.3** e **5.4**), cumprindo destacar que a(o) CONTRATADA(O) e sua(eu)s respectivas empregada(o)s firmam o compromisso de assinar Termo de Confidencialidade [o *Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo* pela(o) CONTRATADA(O) e o *Termo de Ciência* por toda(o)s a(o)s sua(eu)s empregada(o)s diretamente envolvida(o)s na contratação], condição para acesso às dependências do TRE/SE.

8.1.1 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência compõem este instrumento.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

9.2 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado (conforme *DEMONSTRATIVO - PESQUISA DE PREÇOS - VALOR DE REFERÊNCIA*).

9.2.1 Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, com base no IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.2 Ocorrendo atraso atribuível à(o) CONTRATADA(O), antecipação ou prorrogação na realização dos fornecimentos ou na execução das obras ou serviços, conforme o caso, o reajuste obedecerá as condições previstas no artigo 6º do Decreto nº 1.054/94.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

10.2 A(O) CONTRATADA(O) é obrigada(o) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês** (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

10.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei 14.133/2021.

10.5 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1 A(O) CONTRATADA(O) protegerá os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

11.1.1 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas na Lei 13.709/2018, para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados à(o) titular.

11.1.2 O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais, utilizando-os em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

11.1.3 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução contratual, a mesma será realizada mediante prévia aprovação do TRE/SE e seguirá fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo Tribunal, responsabilizando-se a(o) CONTRATADA(O) por obter o consentimento da(o)s titulares, salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução da contratação, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

11.1.3.1 Eventualmente, as partes podem ajustar que o TRE/SE será responsável por obter o consentimento da(o)s titulares, observadas as demais condicionantes do item **11.1.3**.

11.1.3.2 O acesso aos dados pessoais coletados somente poderá ser concedido à pessoa previamente autorizada, que tenha estrita necessidade relacionada à contratação e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRE/SE, mediante solicitação.

11.1.4 Os dados pessoais coletados devem tramitar de forma segura entre a(o) emissora(emissor) e a(o) receptora(receptor), sendo protegidos, no mínimo, com uso de criptografia e senha.

11.1.4.1 O sistema ou repositório de armazenamento utilizado para guardar os dados coletados deve manter controle e registro de LOG dos acessos visando rastreabilidade, bem como seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação no âmbito do TRE/SE.

11.1.5 A qualquer tempo o TRE/SE poderá solicitar:

11.1.5.1 Apresentação de evidências e garantias suficientes de que a(o) CONTRATADA(O) aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação, os instrumentos contratuais e de compromissos.

11.1.5.2 Comprovação da manutenção dos registros de tratamento de dados pessoais realizados pela(o) CONTRATADA(O), com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica.

11.1.6 Encerrada a vigência da contratação ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a(o) CONTRATADA(O) interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados e, em até 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo TRE/SE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes, seja em formato digital ou físico, salvo quando a(o) CONTRATADA(O) tenha que manter os dados para o cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

11.1.7 A(O) CONTRATADA(O) dará conhecimento formal a sua(eu)s empregada(o)s das obrigações e condições ora acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE/SE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente Cláusula.

11.1.8 O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à(o) CONTRATADA(O) e Preposta(o)s – devida e formalmente instruída(o)s nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da presente contratação e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

11.1.9 A(O) CONTRATADA(O) permitirá a realização de auditorias, incluindo inspeções do TRE/SE ou de Auditoria Independente por ele

autorizada, e disponibilizará todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas.

11.1.10 A(O) CONTRATADA(O) cooperará com o TRE/SE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações de Órgãos de controle administrativo.

11.1.11 A(O) "Encarregada(o)" ou "DPO" da(o) CONTRATADA(O) manterá contato formal com a(o) Encarregada(o) do TRE/SE, em até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente de segurança que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

11.1.12 A critério da(o) Encarregada(o) de Dados do TRE/SE, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser provocada(o) a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerentes ao objeto desta contratação, no tocante a dados pessoais.

11.1.13 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido nesta contratação e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD, sem prejuízo das demais penalidades contratualmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 As hipóteses que configuram infração administrativa e que são, portanto, passíveis de sanção dessa natureza encontram-se definidas no item **6.6** do Termo de Referência vinculado a este instrumento.

12.2 A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à(ao) CONTRATADA(O), observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3 Instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas:

12.3.1 Antes da aplicação da **multa** será facultada a defesa da(o) interessada(o) no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O), além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia eventualmente prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2.1 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4 A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será precedida de análise jurídica e encerra competência exclusiva da(o) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

12.5 A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** requer a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 [duas(ois)] ou mais servidora(s) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) CONTRATADA(O) para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.5.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a(o) CONTRATADA(O) poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

12.5.1.1 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

12.6 A **prescrição** ocorrerá em **5 (cinco) anos**, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

12.6.1 **Interrompida** pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item **12.5** deste instrumento.

12.6.2 Suspensa:

12.6.2.1 pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

12.6.2.2 por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8 A personalidade jurídica da(o) CONTRATADA(O) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos à(ao)s sua(s) administradora(s) e sócia(o)s com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a(o) CONTRATADA(O), observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.9 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.10 As sanções de **impedimento de licitar e contratar** e **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133/2012.

12.11 Os débitos da(o) CONTRATADA(O) para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

12.12 Da aplicação das sanções de **advertência, multa e impedimento de licitar e contratar** caberá **recurso** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

12.12.1 O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida (vide tabela constante do item **6.6.4** do Termo de Referência), que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contado do recebimento dos autos.

12.13 Da aplicação da sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** caberá apenas **pedido de reconsideração**, que deverá ser apresentado no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contados do seu recebimento.

12.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

12.15 A intimação da(o) CONTRATADA(O) se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) por ela informado e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei, nos moldes indicados no item 3.3.2 deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 A contratação poderá ser suspensa, observados os termos dos arts. 115, § 5º, e 147, da Lei 14.133/2021, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo-se, conforme o caso, às previsões dos artigos 138 e 139 do referido dispositivo legal.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser constituída(o) em mora, cabendo ao CONTRATANTE optar pela extinção do Contrato.

14.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

14.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

14.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

14.3.3 Indenizações e multas.

14.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput](#), da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, e ao art. 8, § 2º, da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA(O) REPRESENTANTE DA(O) CONTRATADA(O)

17.1 A(O) CONTRATADA(O) indica _____, CI _____, SSP/____, CPF/MF _____, para representá-la(o) na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constam da Nota de Empenho _____.

Programa de Trabalho:	02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais - PTRES: 167864
Natureza da Despesa:	Outras Despesas Correntes.
Fonte de Recursos:	1000.
Elemento de Despesa:	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
Sublemento de Despesa:	33903959 - Serviços de Áudio, Vídeo e Foto.
Planos Internos:	SEG AUDIT1 (1.º TURNO); SEG AUDIT2 (2.º TURNO)

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA - DA VINCULAÇÃO

19.1 Integram este Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 90016/2024**, seus Anexos e a proposta da(o) CONTRATADA(O), acompanhada da documentação que a respalda.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 Elege-se o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato

que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pela(o)s representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA(O).

(assinado e datado eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)

[NOME DA(O) REPRESENTANTE]

(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **EVAN KARINE FONSECA DA SILVEIRA, Chefe de Seção**, em 14/06/2024, às 10:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **1548535** e o código CRC **30D4F9D5**.

0005266-82.2024.6.25.8000

1548535v4